



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Sou vítima, pareço-te menos atraente? A Crença no Mundo Justo e a desvalorização das
vítimas do endogrupo.

Ana Catarina Batista da Graça

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Isabel Alexandra de Figueiredo Falcão Correia, Professora Associada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Rita Isabel Saraiva Jerónimo, Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2017

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Sou vítima, pareço-te menos atraente? A Crença no Mundo Justo e a desvalorização das
vítimas do endogrupo.

Ana Catarina Batista da Graça

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Isabel Alexandra de Figueiredo Falcão Correia, Professora Associada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Rita Isabel Saraiva Jerónimo, Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2017

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Agradecimentos

“As pessoas de quem escrevo são as que houve na minha vida. Gente de família ou conhecida. Nelas me fui descobrindo e sendo eu próprio nas vidas que contei.”

(Manuel da Fonseca em *o Fogo e as Cinzas*, 1965).

Ao longo de cinco anos muitas foram as pessoas que fizeram parte do meu percurso, que agora culmina, de forma direta ou indireta. A todas elas vai um obrigada sem dimensão métrica. Cada uma delas foi especial e crucial à sua maneira levando-me a acreditar sempre e a seguir os meus sonhos. Foram cinco anos de construção pessoal e de criação de novas histórias.

Não há como negar que a força essencial e o maior obrigada vai para aqueles que me permitiram vir para Lisboa estudar, que sempre me ouviram nas alturas críticas, que acreditaram em mim, muitas vezes mais do que eu própria, e que festejaram a meu lado os meus sucessos, à Família de sangue. Um obrigada sem tamanho, aos meus pais, ao meu irmão e aos meus avós, pelo apoio e compreensão inestimáveis, pelos diversos sacrifícios suportados e pelo constante encorajamento.

Sem deixar de parte aquela a que se chama “*a família que se escolhe*”, um obrigada aos amigos, às minhas afilhadas Inês Soares, Ana Dias, Inês Frade e Isabel Cabral e aos meus colegas, todos com um impacto grande neste percurso. A estes, também não há palavras suficientes para agradecer, o acreditarem em mim mais do que eu, ao sofrimento em conjunto nas horas ínfimas passadas na Nossa instituição. Em especial à Catarina Lopes e às restantes meninas de “setembro”, pelas emoções partilhadas e pelos momentos únicos que com certeza se irão eternizar. Não esquecendo os que me acompanharam no mês de outubro, especialmente à Mariana Ribeiro, um muito obrigada.

À Filomena Bruno por me apoiar no melhoramento e aperfeiçoamento da dissertação.

Às Professoras Dr.^a Isabel Correia e Dr.^a Rita Jerónimo um obrigada por me proporcionarem as condições necessárias na elaboração da dissertação e pela disponibilidade na partilha de conhecimento.

Um obrigada gigante a todos aqueles que dispensaram um pouco do seu tempo a colaborar no meu estudo, enfatizando o curso de Psicologia, tornando-se essenciais à realização desta dissertação. Nunca o lema *união* me fez tanto sentido.

Ao LAPSO, por ter aceitado o meu projeto de dissertação e desta forma ter permitido a recolha de dados.

Apenas com a intervenção de todos os que passaram por mim ao longo do meu percurso é possível chegar onde estou hoje e tornar-me mestre em psicologia.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Resumo

O presente estudo tem como objetivo explorar o impacto sobre a percepção e julgamento social de pessoas de que se tem conhecimento que foram vítimas de violência no namoro. Nos últimos anos tem havido uma evolução no estudo da violência no namoro, com o objetivo de caracterizar e compreender este fenómeno. Para compreender este fenómeno tem que se ter em consideração a necessidade que o indivíduo tem para acreditar que o mundo é justo, ou seja, que cada um de nós tem o que merece e nada mais (Lerner, 1980). Considerando não se conhecer a relação entre a mulher ser ou não uma vítima e a atratividade, é importante perceber de que modo o conhecimento prévio que temos de que uma mulher foi vítima de violência no namoro pode afetar a percepção que possamos ter dela. O método usado para recolha de dados foi o instrumento em E-prime, com duas condições - a *vítima* e a *não vítima*. Os dados foram recolhidos no LAPSO, com um total de 73 participantes, sendo grande parte por conveniência, questionando-se no final sobre qual o objetivo do estudo. A felicidade, a semelhança e a atratividade foram medidas como variáveis dependentes. Para se analisar as diferenças de julgamentos entre as condições, realizou-se um *teste t* para amostras independentes. Verificou-se que não existiram diferenças entre condições no julgamento da atratividade. Diferentes razões contribuíram para este resultado, como a falta de identificação social, entre outros.

Palavras-chave: Vítima; Crença no Mundo Justo; Identificação Social; Atratividade

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Abstract

The present study aims to explore the impact on the perception and social judgment of people that we know they have been victims of violence in the dating relationship. In recent years there has been an evolution in the study of violence in the dating relationships, with the objective of characterizing and understanding this phenomenon. To understand this phenomenon one has to take into account the individual's need to believe that the world is fair, that is, each of us has what it deserves and nothing else (Lerner, 1980). Considering that we do not know the relation between a woman be a victim or a non-victim and attractiveness, it is important to realize how the prior knowledge that we have that she was a victim of dating relationship violence can affect the perception we may have of her. The method used for data collection was the E-prime instrument, with two conditions - the *victim* and the *non-victim*. The data were collected in the LAPSO, with a total of 73 participants, a great part for convenience, questioned at the end about the purpose of the study. Happiness, similarity and attractiveness were measured as dependent variables. In order to analyze the difference of judgments between the conditions, a t-test was performed for independent samples. It was found that there were no differences between conditions in the judgment of attractiveness. Different reasons contributed to this result, such as the lack of social identification.

Key words: Victim; Belief in Just World; Social Identity; Attractiveness

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Índice

Introdução.....	1
I. Enquadramento.....	5
1.1 O Comportamento da Vítima e a Violência no Namoro	5
1.2 O género na Perpetração da Violência e na Vitimização no Namoro	8
1.3 Problemática da Violência no Namoro em Portugal	9
1.4 A Justiça e a Crença num Mundo Justo	11
1.5 A Teoria da Crença no Mundo Justo	11
1.6 A Identidade Social e as Relações Inter e Intragrupais	14
1.7 Vitimização Primária e Secundária	16
1.8 A Alta CMJ Comparativamente com a Baixa CMJ	17
1.9 Comportamento de Ajuda.....	19
1.10 A Legitimação da Violência.....	20
1.11 Perceção da Face.....	23
1.12 A Relevância Deste Estudo	25
II. Método.....	29
2.1 Participantes e Design.....	29
2.2 Medidas e Material	30
2.3 Procedimento	31
III. Resultados	33
IV. Discussão.....	37
4.1 Limitações.....	42
4.2 Estudos Futuros.....	43
Bibliografia.....	45
Anexos	51
Anexo A	51
Anexo B.....	53
Anexo C.....	55
Anexo D	57
Anexo E.....	59
Anexo F.....	61

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Índice de Quadros

Tabela 1 Dados do teste t para amostras independentes.....	35
---	----

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Glossário de siglas

OMS – Organização Mundial de Saúde

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

UMAR – União de Mulheres Alternativa a Resposta

INMLCF - Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

PJ – Policia Judiciária

CMJ – Crença no mundo Justo

CPMJ – Crença Pessoal no Mundo Justo

CGMJ – Crença Geral no Mundo Justo

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Introdução

“Ser vítima de violência por parte de uma pessoa que escolhemos para ser nosso/a namorado/a pode ser, por várias razões, uma experiência complicada de resolver e de ultrapassar.” (<http://www.apavparajovens.pt/pt/go/como-se-sente-a-vitima1>).

A violência no namoro não é um fenómeno moderno nem um estigma da sociedade atual. Ela acompanha o ser humano desde os tempos mais remotos, tendo as suas manifestações ocorrido de formas diferentes. A sua crescente magnitude e consequências psicológicas, sociais e económicas consignaram este fenómeno como um grave problema de saúde pública, cujas vítimas são essencialmente as mulheres (OMS, 2002).

Nos últimos anos tem havido uma evolução no estudo da violência no namoro, com o objetivo de caracterizar e compreender este fenómeno. Inclusive têm-se desenvolvido programas de intervenção, desde primários (que atuam de forma a prevenir a ocorrência do fenómeno) a terciários (que intervêm já depois de o fenómeno ter ocorrido, de forma a minimizar o impacto).

Para compreender este fenómeno tem que se ter em consideração a necessidade que o indivíduo tem para acreditar que o mundo é justo, ou seja, que cada um de nós tem o que merece e nada mais. Neste âmbito, surge a necessidade de perceber alguns comportamentos que desenvolvem os observadores para com as vítimas, nomeadamente na desvalorização do seu sofrimento, no julgamento das suas características, da sua culpabilidade, e até na própria legitimação da violência.

Durante anos, a violência no namoro permaneceu omissa ou marginalizada dos discursos sociais e científicos, por comparação com a violência marital. Segundo Hickmann, Jaycox e Aronoff (2004) são vários os fatores que contribuíram para este facto, como as dificuldades na definição deste fenómeno e a sua operacionalização, a dificuldade de acesso à população juvenil ou a inexistência de um estatuto legal e autónomo deste tipo de violência.

A atratividade da vítima poderá levar a julgamentos sociais que importa perceber se serão favoráveis ou desfavoráveis a quem sofreu violência no namoro.

É importante perceber de que modo o conhecimento prévio que temos de que uma pessoa foi vítima de violência pode afetar a perceção que possamos ter dela.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

De entre várias hipóteses que considerávamos interessante investigar, seleccionámos como a central para este estudo a seguinte: Uma face é considerada menos atrativa quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima. Usámos para testar esta hipótese a varável dependente “atratividade”. Como foi necessário recorrer a duas variáveis distratoras – “semelhança” e “felicidade”, achou-se por bem formular e testar mais duas hipóteses: Uma face é considerada menos semelhante quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima e uma face é considerada menos feliz quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima, respetivamente.

Este estudo é importante por forma a compreender o fenómeno e as consequências que o facto de se saber que a mulher foi vítima de violência pode ter para a interação social, ou seja, perceber se como consequência a vítima tem mais dificuldade em interagir com aqueles que a rodeiam ou vice-versa.

Parte-se ainda do pressuposto que a menor identificação com uma vítima que pertença ao endogrupo faz com que este considere a mesma como menos atrativa do que se não se tivesse acesso a essa informação, por exercer uma maior ameaça.

Este estudo pretende analisar de que forma a atratividade é percebida em relação a uma pessoa que foi vítima de violência no namoro.

Intentando atingir esses objetivos, neste estudo começou-se por fazer um enquadramento, o qual se subdivide em doze secções. Um primeiro subtítulo aborda o comportamento da vítima e a problemática da violência no namoro, caracterizando o mesmo de forma a clarificar este fenómeno. Num segundo subtítulo aborda-se a diferença de género na perpetuação da violência durante o namoro. Num terceiro subtítulo, apresenta-se um cenário mais amplo, conhecendo alguns dados relativos a esta problemática no contexto nacional.

Após se perceber esta dimensão, o quarto subtítulo versa sobre a definição de justiça e o que é afinal considerado um mundo justo, procedendo-se à devida articulação com a teoria da crença no mundo justo. Esta crença é abordada detalhadamente no quinto subtítulo. O sexto subtítulo diz respeito à importância das relações sociais e de como elas contribuem para a nossa identidade social e consequente reflexo na percepção das vítimas. Na mesma linha de pensamento, em sétimo lugar pretende-se conhecer os tipos de vitimização que podem ocorrer (primária e secundária), considerando que o mundo é justo. Um oitavo ponto clarifica-nos acerca da motivação, alta ou baixa, que

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

nos leva a acreditar que o mundo é justo, de onde resultam diferentes impactos na forma de observarmos a vítima. O grau de motivação pode resultar em comportamentos de ajuda, analisados no nono ponto. Todas estas questões dão origem ao décimo ponto, que aborda a legitimação da violência, podendo ser considerada uma consequência da desvalorização focada no ponto anterior.

Todas estas questões conduzem-nos ao décimo primeiro ponto que foca a forma como a atratividade da vítima é percebida, sendo também onde se apresenta a hipótese de estudo, culminando no décimo segundo ponto no qual se explicita as hipóteses e a relevância deste estudo.

A segunda parte desta dissertação diz respeito ao método usado na recolha dos dados. Os participantes deste estudo foram apenas do sexo feminino por ser considerado o *sexo fraco* quando alvo de violência no namoro, sendo que todas as vítimas eram também do sexo feminino, apresentadas como *vítima* e como *não vítima*.

A terceira parte desta dissertação consiste na análise estatística dos resultados. Estes foram obtidos recorrendo a um *teste t* para amostras independentes, que comparou os dois grupos de participantes em relação a uma mesma variável dependente (perceção de atratividade, mas também felicidade e semelhança).

A discussão constitui a última parte da dissertação, onde se procede a uma reflexão sobre os resultados obtidos, potenciais limitações do estudo e sugestões para trabalhos futuros.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

I. Enquadramento

1.1 O Comportamento da Vítima e a Violência no Namoro

Muitos autores estudam a vitimização mas a definição de vítima deve merecer mais atenção.

Etimologicamente a palavra vítima vem do latim e refere-se a uma pessoa ou um animal que é oferecido em sacrifício aos deuses (Machado, 1977).

Vários estudos fazem referência que os que perpetuam a violência atribuem o seu ato ao comportamento da vítima.

A atribuição da responsabilidade às vítimas refere-se a qualquer idade. Um estudo feito com adolescentes sobre a sua perceção relativamente à violência no namoro evidenciou que os adolescentes atribuíam parte da responsabilidade às vítimas (Lavoie, Robitaille & Hébert, 2000 citados em Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006).

As crenças associam-se a estereótipos que ajudam a conceber o fenómeno da violência, *como sendo um assunto da casa de cada um*, negando-o e normalizando-o (“*uma estalada nunca fez mal*”) ou justificando-o (“*só lhe bato quando ela merece*”) e às concepções que se têm de vítima (*as mulheres têm que se portar bem e ser boas esposas e nada lhes acontecerá*) e de agressor (*aqueles que têm o direito de castigar a mulher por não cumprirem o seu papel de esposa*) (Matos et al., 2006). Realça-se aqui a importância cultural na legitimação da violência. A construção da identidade de género decorre de um processo de identificação social e cultural dos indivíduos como masculinos ou femininos. É uma construção pessoal mas simultaneamente coletiva onde a pertença a um determinado género serve de padrão para o tipo de comportamento que as pessoas esperam pelo facto de se ser homem ou mulher, ou seja, sobre o que é considerado habitual no comportamento dos homens e das mulheres (Barbosa & Nogueira, 2004). Os diferentes papéis do homem e da mulher são construídos culturalmente e leva muitas vezes a humanidade a conviver e tolerar o sofrimento das vítimas femininas (Barbosa & Nogueira, 2004).

Segundo Caridade e Machado (2006) as mulheres experienciam maiores níveis de violência severa e com uma maior reação emocional, pois o papel social que lhes está atribuído deixa-as mais vulneráveis. Os homens legitimam mais a violência, porque acreditam que pode ser justificada (Caridade & Machado, 2006). Contudo, as mulheres

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

acusam-se como provocadoras do início da violência tal como os homens também as acusam, embora em menor quantidade (Paiva & Figueiredo, 2004).

Analisando um pouco mais o que é o namoro, a sua importância na vida dos adolescentes e a sua importância em ser estudado, estudos internacionais têm provado que existem frequentemente comportamentos violentos no namoro. Assim, este problema social deve ser compreendido para que possa ser também prevenido, para que não se prolongue para as relações adultas (Lavoire, Robitaille & Hébert, 2000 citados em Caridade & Machado, 2006).

O namoro é uma das relações centrais na vida de grande parte dos jovens, as suas identidades dependem em grande escala das experiências do foro amoroso (Oliveira & Sani, 2005). A violência no namoro constitui um problema social importante nas relações dos adolescentes e jovens, tendo começado a ser uma verdadeira preocupação há cerca de duas décadas (Caridade & Machado, 2006). O crescente interesse do estudo deste tema acontece por ser considerado um dos mais comuns e relevantes problemas da sociedade, ao qual todos devíamos estar atentos (Matos *et al.*, 2006). Inclusive as publicações mais recentes, que dizem respeito a este fenómeno reforçam a importância desta problemática social e de saúde pública (Gonçalves, 2013), pelos níveis preocupantes que apresentam, mostrando que não é uma problemática rara (Matos *et al.*, 2006).

Embora sejam notórios os avanços científicos nos últimos anos, os conceitos relacionados com esta temática ainda são omissos e algo inconsistentes. Torna-se essencial clarificar alguns conceitos, nomeadamente o que se entende por “namoro” e por “violência”. O período de *namoro* caracteriza-se por se estabelecer uma relação entre duas pessoas em que há partilha emocional, romântica e/ou sexual que ultrapassa o campo da amizade, sem que se verifique, contudo, uma formalização do vínculo (Murray & Kardatzke, 2007). *Violência* deriva do latim *vis* (força) e pressupõe tudo o que age através da força e contra a natureza de um ser. Atualmente, definir violência torna-se complicado porque implica julgamentos sociais.

No plano internacional e nacional, a *violência* é reconhecida como questão social e de saúde pública. Lourenço e Lisboa (1992) consideram que a violência será perspectivada como ato de transgressão aos sistemas de valores e de normas que se reportam em cada momento (histórico e social) à integridade da pessoa, por isso definir um ato como violento ou abusivo não constitui uma decisão objetiva, mas sim um julgamento social (Emery, 1989).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

A Organização Mundial da Saúde (OMS), ao publicar, em 2002, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde define violência como:

o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002, p. 5, In: Souza, 2007, p. 15).

Neste sentido, *violência no namoro* pode definir-se pela “manifestação de comportamentos violentos ou ameaça do recurso à violência verbal ou física, por pelo menos, um dos parceiros da relação íntima (do mesmo sexo ou de sexos opostos) e entre os quais não existe uma ligação conjugal” (Sugarman & Hotaling, 1989 citados em Gonçalves, 2013, p. 13).

Nesta perspetiva de alargamento da investigação do fenómeno, o campo de estudo situa-se nas Universidades (Gonçalves, 2013). Porém, segundo o autor, percebeu-se que o fenómeno era mais precoce e quando se estudaram as gerações mais novas, chegou-se à conclusão que a violência nas relações íntimas se inicia logo no momento em que as mesmas se estabelecem.

As primeiras experiências de relação violenta ocorrem nos jovens do ensino secundário (Oliveira, 2009). Caldeira (2012, citado por Gonçalves, 2013) refere que numa faixa etária dos 13 anos aos 29 anos, 25,4% dos estudantes já foram vítimas pelo menos uma vez (num total de 4667 estudantes).

Segundo Oliveira e Sani (2005) a maioria dos adolescentes vivencia o primeiro episódio de violência no namoro com 15 anos, podendo ser físico, psicológico ou de qualquer outra forma (Caridade & Machado, 2006). Berry (2000 citado em Caridade & Machado, 2006) refere que 20% a 30% dos adolescentes que se encontram numa relação íntima já experienciaram cenários de violência.

Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2015), 101,5 mulheres com mais de 18 anos foram violentadas semanalmente. Para além de que 23% dos jovens admitiu ser vítima de violência no namoro (Lino, 2016).

De 2015 para 2016 houve um aumento de 6%, contando um total de 1975 queixas de violência no namoro (Lino, 2016).

A gravidade dos casos levou em 2014, à atualização do Código Penal, tendo sido acrescentada uma alínea específica sobre a violência no namoro (Cordeiro, 2017, 14 janeiro).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Podem acontecer diferentes formas de violência na mesma relação de namoro. Por exemplo, as agressões verbais podem ocorrer antes de uma agressão física. Em resumo, a violência no namoro pode manifestar-se de várias formas: a violência psicológica, a violência sexual, a perseguição, a violência nas redes sociais, a violência física e o controlo (União de Mulheres Alternativa e Resposta - UMAR, 2017).

Segundo a APAV (2015) todas as formas de violência no namoro têm um objetivo comum: magoar, humilhar, controlar e assustar. É necessário o reconhecimento da imensa parte invisível da violência que não resulta em mortes ou lesões graves, mas oprime e gera danos psicológicos e sociais nos indivíduos.

1.2 O género na Perpetração da Violência e na Vitimização no Namoro

Mas serão os homens e as mulheres violentados de igual forma?

Walker (1994, citado em Caridade & Machado, 2006) refere que as mulheres sempre foram maltratadas pelo seu homem, com uma postura de subordinação, por imposição dos papéis tradicionais de cada género, ocorrendo muitas vezes por medo do término da relação, cedendo as mulheres à pressão que estes exercem sobre elas (Price, Byers, & Dating violence research team, 1999).

Os papéis sexuais tradicionais prescrevem papéis assimétricos para homens e mulheres. O papel masculino tradicional prescreve que os homens sejam mais dominantes, competitivos, independentes, fortes e orientados para a realização do que as mulheres; espera-se que as mulheres sejam mais passivas, dependentes, fracas e orientadas para afiliação (Bern & Bern, 1970).

As normas sociais muitas vezes prescrevem uma divisão desigual no trabalho ou na responsabilidade entre aqueles que possuem diferentes papéis no grupo. Os papéis sexuais tradicionais prescrevem que em grupos de sexo misto, os homens deveriam fazer um maior contributo para o grupo do que as mulheres, particularmente quando a tarefa do grupo exige força física, um elemento central do papel masculino (Johnson & Staffieri, 1971).

Tradicionalmente, espera-se que o marido contribua mais para o apoio financeiro no casamento do que a esposa (Kerr & MacCoun, 1985).

Já Tajfel (1970) deixara literatura sobre o modo como nas sociedades se codificavam as pessoas consideradas idênticas entre si como pertencentes às mesmas categorias, havendo grupos que se sobrepunham.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Estudos mais recentes do INMLCF (Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, 2016) apuraram que, no que diz respeito ao perfil da vítima de violência no namoro, a maioria dos 767 casos reportados em 2016, são do sexo feminino, havendo apenas 14,3% de homens. Entre 2014 e 2016, houve um aumento de 55% de casos de vítimas femininas. De registar, no entanto, que segundo o INMLCF, o número de vítimas homens tem vindo a aumentar exponencialmente, já que passou de 60 em 2014 para 110 em 2016, o que representa uma subida de 83,3%.

Mas por que razão são as raparigas mais violentadas?

Alguns estudos desenvolvidos em contexto de namoro corroboram a ideia de que as raparigas reportam um dano mais severo como resultado do abuso na intimidade, taxas mais elevadas de vitimização sexual e ainda, um recurso superior a estratégias de autodefesa face à violência, quando comparadas com os rapazes. Por exemplo, os trabalhos de Bergman (1992), Foshee (1996), Molidor e Tolman (1998) citados por Callahan, Tolman & Saunders (2003) tentam explicar esta circunstância numa ótica desenvolvimental: as identidades femininas promovem-se mais relacionalmente, por comparação com os rapazes, cujas identidades se promovem sobretudo através da independência e da autonomia. Segundo estes autores, estas questões poderão não só repercutir-se no impacto que estas experiências têm na vida dos indivíduos vitimados, mas também na forma como cada género acaba por gerir essa condição.

1.3 Problemática da Violência no Namoro em Portugal

No contexto nacional, a problemática da violência no namoro encontra-se pouco estudada.

Considerando que os comportamentos de maior ofensa pessoal ocorrem em maior número nas relações amorosas (Oliveira & Sani, 2005) e existem desde sempre (Gelles, 1997 citado em Caridade & Machado, 2006), apenas na década de 60 foi considerado um problema social. Somente a partir desta década é que o fenómeno da violência, sob as mais diversas formas, surge como um problema social específico, apesar da sua prática ser transversal a todos os tempos (Caridade & Machado, 2006).

Contudo em Portugal foi apenas motivo de estudo na década de 90, havendo uma maior consciencialização do fenómeno (Caridade & Machado, 2006), apesar de ter sido constituído problema social ainda na década de 60.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

O fenómeno de violência no namoro inicia-se por volta dos 15-16 anos, uma idade crucial não só na formação da identidade como na descoberta do outro, sendo um período em que se vivenciam as primeiras relações íntimas (Oliveira & Sani, 2005; Caridade & Machado, 2006).

Até há poucos anos, os estudos centravam-se na *violência doméstica*. Esta define-se como “qualquer ação ou omissão de natureza criminal, entre pessoas que residam no mesmo espaço doméstico e que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos” (APAV, 2015).

Foi na tentativa de contrariar a ideia de que a violência em relações íntimas dos mais novos era rara, que se começou a estudar a violência no namoro (Oliveira, 2009).

Com a aplicação de inquéritos à população juvenil, aumentou o interesse do estudo deste problema, porque os seus resultados retrataram valores inquietantes (Caridade & Machado, 2006).

Um estudo da UMAR (2017) sobre *violência no namoro*, nomeadamente “vitimização”, feito em 2017 a uma amostra de 5500 jovens do sexo feminino, com uma média de idades de 15 anos e implementado em todo o território nacional, revelou que “24% de jovens considera normal partilhar fotos íntimas ou insultar através das redes sociais e 14% legitima a violência psicológica, havendo 19% que já foi vítima deste último tipo de violência.”

De acordo com os dados estatísticos do INMLCF sobre violência no namoro, recolhidos num estudo pela Agência de Notícias Portuguesa Lusa (2016), o ano de 2016 terminou com 767 pessoas vítimas de violência no namoro, o que representa um aumento de quase 10% em relação às 699 de 2015, mas significa um crescimento no número de casos de quase de 60% quando comparado com as 484 vítimas de 2014.

Segundo publicação da Agência Lusa (2017), tem-se constatado nos últimos três anos (de 2014 a 2016), uma evolução do aumento do número de casos reportados ao INMLCF (2016) em que as vítimas se identificam numa relação de namoro. Isso corresponde não necessariamente a um aumento real do número de casos, mas antes a uma maior consciencialização das vítimas para os seus direitos e para a necessidade de apresentarem queixa.

Em 2003, a APAV publicou dados de que a violência no relacionamento íntimo, em 2002, foi o principal tipo de crime (Paiva & Figueiredo, 2004).

No estudo de Machado, Matos e Moreira (2003, citados por Matos *et al.*, 2006) realizado no contexto universitário português, são apresentadas percentagens

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

significativas do número de jovens que adotou comportamentos violentos nas relações íntimas (21,7%) e de jovens que já foram vítimas pelo menos uma vez no último ano, com uma percentagem de 15,5%.

Todavia, os atos que na sua maioria são perpetuados e/ou recebidos são considerados “*formas menores*”, quando se trata de um insulto, difamação, humilhar, gritar, entre outros (Matos *et al.*, 2006).

Alguns autores (Bergman, 1992; Foshee *et al.*, 1996 citados em Caridade & Machado, 2006) referem que entre 12% a 59% dos estudantes universitários já sofreram de algum tipo de violência nas suas relações amorosas.

Em Portugal, a violência “menor” é superior à severa, embora esta apresente 7% de incidência (Machado, Caridade & Martins, 2010).

1.4 A Justiça e a Crença num Mundo Justo

A justiça é considerada um elemento fundamental na cognição moral (Kohlberg, 1984).

Atitudes justas e respeitáveis contribuem para reforçar o sentimento do indivíduo como um elemento valioso de determinado grupo que merece ser tratado justamente. Como resultado, a justiça fortalece não só o sentimento de bem-estar e competência pessoal como contribui também para o sentimento de pertença social (Lind & Tyler, 1988).

Myers (2007) definiu *justiça* como a condição em que o produto das relações mútuas entre cada participante é proporcional à sua contribuição. Esta definição está muito próxima da hipótese do Mundo Justo proposta por Lerner (1980), que traduz a necessidade do ser humano em acreditar na relação entre os resultados obtidos pelo indivíduo e a qualidade do seu investimento.

A perceção do mundo como um lugar onde a justiça impera é determinante para a regulação dos nossos comportamentos mais básicos.

1.5 A Teoria da Crença no Mundo Justo

Frequentemente no nosso dia a dia somos confrontados com variadas situações de injustiça para as quais procuramos uma explicação que nos ajude a dar sentido e a guiar o nosso comportamento futuro.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

A teoria da crença no mundo justo (Lerner, 1980) ajuda a explicar esta necessidade do ser humano em restaurar cognitivamente a injustiça sofrida ou percebida, garantindo assim a manutenção da ideia do mundo como um lugar onde cada um recebe aquilo que merece e onde aquilo que cada um merece é justo e proporcional às suas ações. Trata-se não só de um mundo onde coisas boas acontecem a pessoas boas mas também de um mundo onde as pessoas más são punidas (Lerner, 1980). Segundo o autor, esta crença de que os acontecimentos são justos, funciona de certa forma como um “recurso pessoal” que sustenta o sentimento de bem-estar geral nas pessoas.

No fundo, os indivíduos necessitam de criar uma relação causal entre os acontecimentos, reduzindo sentimentos de angústia associados à possibilidade de serem vítimas de injustiça arbitrária (Lerner, 1965). Este mesmo autor defende que é a Crença no Mundo Justo (CMJ) que sustenta a motivação para procurar justiça, que por sua vez devolve ao indivíduo a confiança de que também ele será tratado justamente pelos outros.

Encarar o mundo como um lugar justo permite aos indivíduos confrontarem o seu ambiente físico e social com segurança já que cria a ilusão de que este é estável e ordeiro (Lerner & Miller, 1978). Esta previsibilidade assegura aos indivíduos de que serão futuramente recompensados, permitindo-lhes projetar planos e comprometer-se a atingir objetivos a longo prazo.

Lerner (1980) refere que como a CMJ diz respeito à forma como as pessoas se relacionam com o ambiente que as rodeia, torna-a uma componente funcional associando-se à ideia de gestão e predictabilidade do mundo. Por outro lado, leva a que trabalhem para obterem o que querem e para evitarem os eventos que são assustadores e dolorosos. As pessoas assumem que há formas de atuação que são eficazes para acabarem com esses eventos indesejáveis.

Segundo a teoria da CMJ os seres humanos são motivados para perceber o mundo como justo (Lerner & Simmons, 1966), o que provoca diferenças na perceção das vítimas. Assim, consideram que não há vítimas inocentes (se uma pessoa é vítima é porque a pessoa é má), ou seja, existe uma relação entre comportamento e resultado, dando origem a ditos populares como “cada um deita-se na cama que faz”, “cada um colhe o que semeia” (Correia, 2010).

A CMJ é uma expressão metafórica para um construto da Psicologia, que existe em cada um de nós com intensidades diferentes, e que se pode traduzir na religião, valores morais, conduta social, entre outros (Pereira, 2009).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Porque se considera uma *Crença*? Porque expressa a forma como a pessoa organiza as suas perceções e cognições, considerando que estas são limitadas/influenciadas pelas experiências passadas, pela observação, pelas vivências ou pelas normas sociais (Lerner, 1980). Segundo o mesmo autor, o Mundo Justo é mais do que um “mundo previsível” e do que um “mundo controlado”.

Os observadores reagem de forma diferente à injustiça. Enquanto uns sentem obrigações morais e querem auxiliar as vítimas, outros rejeitam-nas e optam por restaurar cognitivamente a CMJ através dos sistemas sociais existentes, de economia ou políticos e em último caso pela própria culpabilização das vítimas (Dalbert, 2009), passando por isso pela assimilação da injustiça.

Segundo Dalbert (2001 citado por Alves, 2012) a assimilação da injustiça é um mecanismo que permite a manutenção do bem-estar individual, a qual tem uma forte relação com a Crença Pessoal no Mundo Justo (CPMJ). Os indivíduos tendem a tornar os eventos uniformes agrupando os positivos aos positivos e os negativos aos negativos, de forma a conseguirem harmonia cognitiva (Lerner, 1980).

A questão da justiça está mais presente do que se pensa, considerando-se uma força omnipresente na vida das pessoas porque é o que lhes permite viver num ambiente estável, segundo Furnham (2003). Neste sentido, existe a chamada “*ilusão fundamental*”. *Fundamental* porque é essencial à maioria das pessoas para conseguirem ter sanidade e sentir segurança; *ilusão* porque é uma falsa crença em que a principal motivação é a defesa (Lerner, 1998 citado em Furnham, 2003).

Segundo Lerner (1980) a crença não ocorre só quando existe um ambiente estável e controlado mas também quando o ambiente se torna caótico e cria desgaste físico e emocional. Segundo o autor, não é uma ideia que as pessoas sigam de forma consciente, é uma motivação que advém de julgamentos automáticos e que emerge de cognições básicas.

O sentido de justiça varia de pessoa para pessoa, contudo encontra-se algo constante na origem e no funcionamento deste “processo humano universal” e no seu julgamento apropriado, portanto a avaliação/ julgamento do que “*deveria ser*” e do resultado de qualquer situação é uma resposta natural e inevitável do ser humano, para que possa entender o ambiente como controlado e justo (Lerner, 1980).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

1.6 A Identidade Social e as Relações Inter e Intragrupais

A Crença no Mundo Justo também pode ser vista segundo uma perspetiva social.

Doise (1982 citado em Alves & Correia, 2010) justifica a perspetiva social, sabendo-se que para além de haver uma necessidade individual, existe também uma necessidade partilhada, o que lhe confere o carácter social, desempenhando um papel crucial na justificação e manutenção da ordem social.

O indivíduo adquire uma identificação social pela pertença a diferentes grupos e a necessidade de uma avaliação positiva de si próprio requer que estabeleça comparações intergrupais de modo a descobrir o que é favorável ao seu grupo.

O conceito de identidade social foi apresentado por Tajfel (1972) quando estudava processos envolvidos nas relações entre grupos. O modelo que dele resultou foi denominado teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1986 citados em Alves & Correia, 2013).

“A identidade social está, por via da autoconsciência que a caracteriza, associada a um significado emocional e avaliativo dessa pertença” (Tajfel, 1972, p. 24). Esta traduz a ideia de pertença a um grupo, onde o sujeito desenvolve comportamentos competitivos e discriminatórios em relação ao exogrupo ou de favoritismo em relação ao endogrupo.

A identidade social distingue-se e é independente da identidade pessoal.

Segundo Tajfel (1972) a identidade social prende-se com o conhecimento de pertença aos grupos sociais e ao que significa em termos emocionais e avaliativos essa pertença. Assim, podemos definir a identidade social como um conjunto de autodefinições correspondentes às categorias de pertença a um determinado grupo. Os grupos sociais contribuem para uma identidade social positiva dos seus membros.

Tajfel e Turner (1986 citados em Alves & Correia, 2013), desenvolveram a teoria da identidade social, que tem por base três características: Categorização Social, Identificação Social e Comparação Social. Na categorização social, o sujeito organiza o mundo social em categorias, tendo uma dimensão cognitiva; na identificação social, o sujeito inclui-se em algumas dessas categorias, aumentando a sua autoestima, tendo uma dimensão motivacional; na comparação social, o sujeito compara o seu grupo com os outros grupos – favoritismo do endogrupo, tendo uma dimensão motivacional.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

A teoria da identidade social nasce assim da necessidade de um modelo teórico que integre os resultados obtidos quando se investiga a categorização social e as relações intergrupo (Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971).

É nesse sentido que se sustenta a distinção entre CPMJ e crença geral no mundo justo (CGMJ). A primeira refere-se à avaliação de justiça e merecimento para si próprio, enquanto a segunda refere-se a uma avaliação feita para as pessoas em geral. Lipkus, Dalbert e Siegler (1996) destacam a importância de considerar essas duas facetas da CMJ em separado, atendendo que muitas vezes altos índices de uma dimensão de CMJ não implica em altos índices da outra dimensão, ou seja, quando a CPMJ justo é alta não significa que a CGMJ também o seja.

Considerando-se que a punição e o reforço surgem como um critério de mérito, a CMJ torna-se um mecanismo que legitima e justifica a forma como as coisas ocorrem, ou seja, a sociedade só recompensa ou pune o indivíduo que merece (Alves & Correia, 2010). Tal como Lerner (1980) refere, quando se observam as características sociais é notório que existe uma regularidade no “*deveria ser*” e no que é viver a vida de forma “*certa*”.

Segundo Alves e Correia (2010), os indivíduos tendem a agir em conformidade com as normas sociais para evitarem o julgamento social ou sofrerem de discriminação ou injustiças. A sua função social torna a crença numa norma de julgamento que se designa não por trazer explicações objetivas mas por trazer valor social (Alves & Correia, 2010). A CMJ como norma de julgamento social deriva da sociabilização sociopolítica como base para a construção da sociedade e não apenas uma formação através da motivação individual (Alves & Correia, 2010).

As pesquisas mundiais realizadas sobre o tema mostram que as pessoas precisam de acreditar na justiça e que a procuram para manter a sua crença básica de que o mundo é um lugar justo (Lerner & Miller, 1978). Esta motivação de justiça reflete-se como uma disposição com variedade interindividual e explica as diferenças entre as pessoas na luta pela justiça como sendo um fim em si mesmo, inclusive o seu próprio comportamento e a assimilação de injustiças observadas ou mesmo experimentadas. Por outro lado, a motivação para a justiça leva a que se seja tratado justamente pelos outros. A ideia base da hipótese da CMJ é que, as pessoas confrontadas com injustiças sofrem e sentem a necessidade inconsciente de restaurar a justiça (Lerner, 1980).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

1.7 Vitimização Primária e Secundária

Uma vítima é considerada inocente quando a vitimização se apresenta como resultado de um acontecimento ou facto que a vítima não pode controlar. Uma vítima não-inocente é alguém que teve algum controlo sobre o acontecimento que a vitimizou.

A vitimização secundária é produto não só da opinião pública mas também daqueles que rodeiam a vítima, originando uma diminuição do suporte social tão crucial para a sua reabilitação física e psicológica (Ross, Lutz & Lakey, 1999) e da probabilidade das vítimas reportarem crimes ou obterem ajuda (Davison & Farreras, 2010).

Segundo Brickman *et al.* (1982), as vítimas inocentes além de terem de se confrontar com as consequências negativas provocadas pelo fenómeno que as vitimizou (vitimização *primária*), são vitimizadas uma segunda vez (vitimização *secundária*) pelas outras pessoas (hetero-vitimização secundária) ou por elas próprias (auto-vitimização secundária). Ainda citados por Correia (2000), no que diz respeito ao impacto da inocência da vítima na vitimização secundária, as vítimas percebidas como inocentes são menos vitimizadas secundariamente do que as vítimas percebidas como não-inocentes (Horowitz, 1968; Schopler & Matthews, 1965; Weiner, Perry & Magnusson, 1988).

A investigação relacionada com a CMJ tem encontrado evidências de que um indivíduo se sente ameaçado quando observa uma vítima inocente a sofrer, recorrendo frequentemente a estratégias de vitimização secundária para neutralizar a injustiça observada (Lerner, 1980).

A resposta da rejeição é uma forma de o observador manter a crença de que o mundo é justo, principalmente quando a vítima é inocente (Lerner & Simmons, 1966) porque o mundo que não é justo é ameaçador e as pessoas possuem estratégias para reduzir a ameaça (Hafer & Bégue, 2005). As estratégias apenas se desenvolvem quando aceitamos a “*realidade da injustiça*” (Lerner, 1980).

As pessoas acabam por procurar estratégias racionais ou irracionais para lidar com a injustiça. As racionais consistem na aceitação da realidade da injustiça, e a prevenção de situações de injustiça que possam aparecer. As irracionais incluem a negação e reinterpretação do facto injusto. E uma das reinterpretações mais comuns é acreditar que a vítima (indivíduo que sofreu da injustiça em questão) mereceu o

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

sofrimento pelo qual passou baseando-se na análise das características e comportamentos da pessoa. Aqui, dá-se a culpabilização da vítima (Lerner, 1980).

Estas estratégias passam assim pela negação/retirada (grande seleção de informação, com a vantagem de haver uma distorção da realidade) e a reinterpretação do evento (Lerner, 1980). Esta reinterpretação pode acontecer de três formas segundo Lerner (1980) - a primeira seria a reinterpretação do *resultado* (o destino da vítima é bastante desejável quando mais tarde o sofrimento trará benefício); a segunda é a reinterpretação da *causa* (quando se atribui o destino da vítima a algo que ela fez, satisfazendo o sentido de justiça) e a terceira é a reinterpretação do *carácter da vítima* (Lerner, 1980). Contudo, estas estratégias são temporárias, não fazem com que a injustiça do mundo e de todas as situações desapareçam (Lerner, 1980).

Estas reinterpretações sugerem que a vítima, não só tem que lidar com as consequências negativas diretas, provocadas pela própria situação que a vitimizou, ou seja, vitimização primária, mas também com o julgamento e desvalorização dos outros, o que a faz ser vitimizada pela segunda vez, a vitimização secundária (Correia, 2000).

1.8 A Alta CMJ Comparativamente com a Baixa CMJ

Como já referido, a CMJ desempenha funções adaptativas. É, mais uma vez, importante realçar que, embora esteja presente em todos os indivíduos, a força da CMJ admite variações interindividuais (Rubin & Peplau, 1975).

Pessoas com maior CMJ desvalorizam mais uma vítima inocente cujo sofrimento persiste, do que pessoas com menor Crença no Mundo Justo (Correia & Vala, 2003).

Por seu lado, indivíduos com elevada CMJ apresentam melhores formas de lidar com a injustiça e, conseqüentemente encontram-se melhor preparados para proteger a sua saúde mental e o seu bem-estar (Alves, 2012). Tendem a ter uma maior satisfação com a vida, uma maior autoestima, maior otimismo, tendem a minimizar os acontecimentos da vida, entre outros (Alves, 2012).

A CMJ pode ser pensada como forma de resiliência às adversidades da vida, já que estes indivíduos tendem a interpretar os acontecimentos da sua vida em geral como mais justos.

A alta CMJ é mais normativa que a baixa CMJ, tanto a nível da crença pessoal como da geral (Alves & Correia, 2010), i.e., os indivíduos com maior CMJ,

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

presumivelmente os que têm maior necessidade em acreditar na justiça do mundo/sistema, serão aqueles que mais valorizarão a expressão da CMJ alta (que confirma a sua visão) e os que mais desvalorizarão a expressão de CMJ baixa (que ameaça a sua) (Lerner, 1980).

Esta vertente tem levado os investigadores a tentarem entender como os observadores veem as pessoas do próprio grupo (endogrupo) quando estas são vítimas.

A teoria da identidade social postula que a relação dos indivíduos com os outros é mediada pelo processo de categorização social, o qual produz percepções estereotípicas, ou seja, a percepção de que todos os membros de uma categoria social ou grupo partilham características que os diferenciam de outras categorias (Tajfel, 1982). Esta percepção socialmente estruturada envolve aspetos avaliativos e emocionais, que determinam a natureza da pertença grupal dos indivíduos e das relações entre os grupos. Assim, quando se comparam com outros, os indivíduos tendem a discriminar a favor do próprio grupo (endogrupo) em detrimento do grupo dos outros (exogrupo). O aspeto avaliativo e emocional da identificação grupal manifesta-se no favoritismo do endogrupo em detrimento do exogrupo (Tajfel, 1982).

A força do endogrupo é tanta que quando a vítima pertence ao exogrupo não ameaça a CMJ do observador, tendo em conta que este usa uma estratégia de desumanização da vítima, por não estar tanta emoção envolvida (Aguiar, Vala, Correia & Pereira, 2008).

O distanciamento psicológico do observador para com a vítima é maior quando o primeiro tem uma baixa CMJ, comparativamente aos que têm alta CMJ (Correia *et al.*, 2012).

A categorização leva a que, quando a vítima é do endogrupo e os observadores estão fortemente identificados com ela, aumente a ameaça da CMJ (Correia, Vala & Aguiar, 2007) e conseqüentemente a desvalorização também aumenta. Defendem que isto acontece porque há uma maior necessidade de preservar a invulnerabilidade (Correia *et al.*, 2012). Pelo facto de se identificarem com a vítima, os observadores sentem que lhes pode acontecer o mesmo (Correia, Vala & Aguiar, 2007).

Os observadores culpam e negam as vítimas inocentes, mas principalmente as responsáveis (não inocentes ou inocentes em menor grau), porque ambas ameaçam a sua CMJ (Alves *et al.*, 2015). Quanto mais a vítima for tida como semelhante, mais o observador a rejeita, principalmente se não puder ajudar na redução do seu sofrimento (Correia *et al.*, 2012). Segundo Dalbert (2009) esta atribuição de culpa à vítima também

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

ocorre porque pensamos sempre que somos boas pessoas, ou seja, não é por ser idêntico à vítima que algo de mau me vai acontecer mas pelo contrário, se sou bom, acontecem-me coisas boas.

É por existir esta interdependência entre o destino dos outros e o próprio que há a necessidade de restaurar a perceção de justiça (Lerner & Miller, 1978). Segundo estes autores, como as pessoas muitas vezes se deparam com situações de extremo sofrimento, é indispensável que tentem encontrar alguma explicação lógica para o que está a acontecer.

Ainda dentro do contexto social e da forma como as vítimas são avaliadas, existe um outro fator a ter em conta, o discurso proferido pelas vítimas. “O alvo (vítima) é avaliado mais positivamente ou mais negativamente se exprimir uma CPMJ alta ou baixa, respetivamente, independentemente de ser inocente ou não inocente” (Alves *et al.*, 2015, p. 1). A CPMJ pode assim constituir uma norma de julgamento, sendo valorizada a nível social independentemente da sua veracidade (Alves *et al.*, 2015).

Segundo Alves *et al.* (2015) quando um indivíduo tem um discurso socialmente aceite e diz que considera o seu mundo justo leva a que seja avaliado de forma mais positiva e a ser aceite socialmente (mesmo que não seja verdade). A necessidade de ser aceite leva o indivíduo a agir e comportar-se de forma adequada, embora, por vezes, inconscientemente. Sempre que o discurso de um indivíduo refletir que ele acredita no Mundo Justo, vai ser avaliado mais positivamente, ou seja uma alta CPMJ (em relação à baixa) constitui um discurso socialmente mais válido segundo estes autores.

1.9 Comportamento de Ajuda

Milgram (1963, citado em Lerner & Simmons, 1966) fez importantes descobertas sociais e muitas das suas experiências mostraram que os humanos são capazes de ser cruéis. Isto leva-nos a pensar na forma como a sociedade promove a crueldade e o sofrimento, e a forma como estes mecanismos suportam o funcionamento da sociedade, a forma como os aceitamos e como nos sentimos responsáveis pelo sofrimento dos outros (Lerner & Simmons, 1966).

O observador quando é confrontado com miséria e sofrimento tende a acreditar que a vítima o merece (Lerner, 1965).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Quer sejam observadores ou aqueles que induzem a dor, ou até mesmo as vítimas, se organizam cognitivamente, acreditando que as pessoas só têm aquilo que merecem e fizeram por ter (Lerner, 1965).

A CMJ ajuda na reinterpretação da injustiça, que é percebida no ambiente e não é muito ameaçadora, porque torna mais relevantes os acontecimentos mais próximos do seu “mundo” (Lerner & Miller, 1978).

A tendência para acreditar no Mundo Justo influencia os comportamentos de ajuda, porque quando se tem uma forte crença não se vê o mundo como caótico e imprevisível, mas um local onde o resultado advém da ação (Bierhoff, Klein & Kramp, 1991).

No que diz respeito aos comportamentos de ajuda, quando as avaliações que o observador faz da vítima têm influência no destino da mesma diminuindo a injustiça (Correia, 2010), estes têm tendência a ajudar porque têm a percepção que poderão diminuir ou acabar com o seu sofrimento (Bierhoff, Klein & Kramp, 1991). A empatia também se reflete na adoção de comportamentos de ajuda (Bierhoff, Klein & Kramp, 1991).

Uma elevada CMJ torna o indivíduo não só mais propenso a comportamentos de ajuda como também menos cínico relativamente ao comportamento pró-social dos outros (Lerner, 1977).

Quanto maior for a injustiça percebida pelos observadores (sabendo que a podem diminuir), mais positivamente avaliam a vítima (Correia, 2000). Neste sentido, a menor rejeição ocorre quando o observador pode alterar o destino da vítima e pode prestar ajuda. Quando não o consegue fazer, não só rejeita como desvaloriza a vítima (Lerner & Simmons, 1966).

1.10 A Legitimação da Violência

A forma como se avalia e se desvaloriza a vítima para manter a CMJ tem efeitos sociais negativos, mas também tem o seu lado positivo (Furnham, 2003), ou seja, apresenta-se uma forma de mudar este peso negativo da avaliação vendo a CMJ como um saudável mecanismo de *coping* (competir em igualdade de condições) que provoca benefícios psicológicos.

O lado negativo diz respeito ao fácil acesso à informação, que leva a uma maior normalização das injustiças parecendo até que estas não ocorrem. Esta neutralização,

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

por ocorrer todos os dias, leva à perda do significado da injustiça e faz com que não haja necessidade de defender a CMJ (Furnham, 2003).

A falta de experiência relacional, associada à necessidade de emancipação e de independência dos jovens nesta fase (condições que conduzem à procura de um tempo superior de relacionamento a sós e à tomada de decisões de forma autónoma), nem sempre facilitam o reconhecimento de uma condição de vitimização, nem tão-pouco a identificação de eventuais recursos para a gerir (como o contacto com outros adultos ou pares) (Callahan, Tolman & Saunders, 2003).

Apesar de todos os números apresentados serem de todo preocupantes, num estudo recente, de fevereiro de 2017, da UMAR os resultados nacionais em relação à violência no namoro apontam para a gravidade do problema principalmente ao nível da *legitimação*. Como já referido anteriormente a CMJ é um mecanismo que legitima a recompensa ou punição dos comportamentos.

Gonçalves (2013), com base em Oliveira (2009), definiu *legitimação* ou *não legitimação* de violência do namoro como:

Atitudes e/ou crenças que os adolescentes possuem sobre a violência no namoro, que os predispõem para concordar ou não com a manifestação de comportamentos agressivos na intimidade; i.e., quando os adolescentes legitimam o uso de violência, tendem, mais provavelmente, a adotar comportamentos violentos nas suas relações de intimidade (pág.26).

A cultura ocidental facilita a legitimação da violência do homem, que possui o domínio em relação à mulher, denominada de “*sexo fraco*” e submisso, reflexo de uma sociedade de valores patriarcais ainda bastante acentuados (Oliveira, 2009). Segundo o mesmo autor, a cultura ocidental legitima, igualmente, o uso da violência como meio para a resolução de problemas.

Os estudantes universitários legitimam menos a violência que os alunos do ensino secundário (Machado, Caridade & Martins, 2010). No entanto, no universo universitário existe uma maior percentagem de vítimas (Machado, Caridade & Martins, 2010). Esta disparidade, entre a diminuição da aceitação de comportamentos violentos e o aumento da legitimação (aceitar que podem acontecer), segundo Machado, Caridade e Martins (2010) acontece porque, sociedades tradicionais como Portugal, facilmente se deixam influenciar pelos *media* e pelos movimentos de globalização. Os *media* vieram recrear os “*certos*” morais, onde “os heróis e heroínas são virtuosos, diligentes e bonitos” e “os vilões são maus, preguiçosos e frequentemente feios” (Lerner, 1980).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Daí resultar, segundo Lerner (1980), o triunfo do bem sobre o mal, sendo o “vilão” castigado e restabelecendo-se a justiça.

O elevado número de comportamentos violentos, mencionados nestes estudos, surgidos nas relações de intimidade dos jovens relacionam-se com a aceitação que estes têm da violência como algo normal e que faz parte da vida (Oliveira, 2009; UMAR, 2017).

Denota-se por parte dos agressores e das próprias vítimas uma desvalorização dos comportamentos violentos (Machado, Matos & Moreira, 2003 citados por Matos *et al.*, 2006). Existe como que uma reciprocidade de comportamentos e de atitudes (Oliveira, 2009). Contudo, os rapazes (27%) legitimam mais os comportamentos violentos que as raparigas, sendo estes quase um terço dos jovens do sexo masculino (UMAR, 2017).

Os estudos de Caridade e Machado (2006) não apresentam diferenças entre sexos no que se refere à concordância do uso de violência, atribuindo estes resultados à força e exposição que os *media* têm dado ao fenómeno, associado a programas de prevenção implementados nas escolas. Acreditam que também existem crenças que legitimam os atos abusivos.

Os dados da UMAR (2017) confirmam que a legitimação da violência no namoro realmente aumentou, o que se torna um problema preocupante.

A legitimação representa a concordância com o uso de comportamentos abusivos, levando a vivências violentas nas relações amorosas dos adolescentes. A maioria dos que a legitima já praticou atos violentos ou já foi vítima dos mesmos (Gonçalves, 2013). Neste sentido, a legitimação da violência encontra-se associada à normalização, ou seja, se um comportamento violento é visto como normal numa relação tem tendência a ser continuado (Oliveira, 2009).

É notório que os jovens não sabem distinguir com clareza atos violentos de atos não violentos. De uma forma geral não legitimam todos os atos violentos como normais, mas consideram que há situações que os justificam (Gonçalves, 2013).

Os jovens legitimam alguns dos comportamentos considerados abusivos como legítimos pela ideia de romantismo ainda vigente na nossa sociedade (Oliveira, 2009). Este facto contribui para a manutenção da violência, porque os comportamentos de controlo e poder são muitas vezes considerados uma forma de demonstrar amor (Oliveira, 2009).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Na adolescência, considerada uma fase de afirmação dos papéis de género, pode explicar-se a legitimação e aceitação da violência pelo facto de esta ser associada a mitos do que é “o amor romântico” (Matos *et al.*, 2006).

Na dissertação de Gonçalves (2013) procedeu-se à comparação entre géneros e os resultados são interessantes. Os rapazes legitimam mais o uso de violência, o que se relaciona com a exibição de comportamentos violentos.

Ambos os géneros aceitam mais facilmente a perpetuação de comportamentos violentos sobre o sexo feminino, devido ao estigma social (Gonçalves, 2013). Devido a esta constatação, a amostra do presente estudo será constituída apenas por raparigas.

É importante termos consciência que a violência leva a danos a curto e longo prazo (Matos *et al.*, 2006).

Por outro lado, as redes sociais e a televisão têm agravado esta situação ao partilharem muita informação de humilhação, pela possibilidade de consulta e replicação da mesma (UMAR, 2017).

1.11 Perceção da Face

Um dos pressupostos base da teoria da identidade social é o de que os processos de grupo são determinados pela motivação dos indivíduos procurarem atingir, manter e, se possível, reforçar uma autoimagem positiva (Turner & Reynolds, 2004). Um grupo social existe quando dois ou mais indivíduos se auto percecionam e são percecionados pelos outros, como membros de uma mesma categoria social, partilhando de algum modo um envolvimento emocional resultante dessa pertença comum (Turner & Reynolds, 2004).

Mas afinal o que é a perceção e como nos percecionamos uns aos outros? Como se constrói o modo como nós nos vemos e o modo como vemos os outros? “Nem sempre o que parece, é!”

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa (1990), “perceção” é “a ação de conhecer independentemente dos sentidos: pela consciência, pela inteligência ou entendimento.” Do ponto de vista psicológico ou cognitivo, a perceção envolve também os processos mentais, a memória e outros aspetos que podem influenciar na interpretação dos dados recebidos. “A perceção é uma atitude cerebral de extremo refinamento que recorre aos depósitos de informação da memória. A atividade cerebral vale-se de sutis classificações e comparações e de uma quantidade de decisões a serem

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

tomadas antes que os dados dos sentidos se convertam na percepção consciente do que ‘está aí’” (Lima, 2010, p. 25). Uma das formas de percepção é a visual, ou seja, toda a sensação interior de conhecimento aparente, resultante de um estímulo ou de uma impressão luminosa registada pelos olhos (<https://conceito.de/percepcao-visual>).

Percecionar as faces uns dos outros é crucial para julgamentos, decisões e inferências, que na sua maioria se baseiam na aparência física, principalmente na face (Garrido *et al.*, 2016). As faces transmitem-nos muita informação social e permitem-nos fazer julgamentos mesmo após uma pequena exposição às mesmas (Ballew II & Todorov, 2007). Tendo este aspeto em consideração, neste estudo optou-se por pedir aos participantes que observassem faces de mulheres segundo as variáveis atratividade, semelhança e felicidade, embora a hipótese que nos interessasse verdadeiramente estudar se relacionasse só com a primeira, sendo as outras apenas variáveis distratoras. Desta forma, pediu-se a colaboração de voluntários nesta pesquisa com o objetivo de perceber se a informação dada previamente (se a face pertencia a uma *vítima* ou *não vítima*) a estes observadores iria determinar ou não o seu julgamento acerca do alvo/face. A informação prévia e a forma como processamos essa mesma informação influencia a formação não só de crenças bem como de percepções (Rosa *et al.*, 2017).

As variáveis observadas - felicidade, semelhança e atratividade foram consideradas como variáveis dependentes. Estas correlacionam-se e permitem ao indivíduo encontrar o seu lugar no mundo social. Estas variáveis vão ser medidas neste estudo, por isso importa conhecê-las melhor.

A felicidade é uma variável dependente que pela sua importância como construto da Psicologia vai ser medida, embora desempenhe neste estudo um papel distrator. Segundo Diener (1984), a felicidade é definida como a experiência de afeto positiva juntamente com a alta satisfação com a vida e tem consequências positivas nos domínios da vida: trabalho, interpessoal, relacionamentos e saúde.

Outra variável dependente presente neste estudo, usada também como distratora, mas que se achou interessante medir é a semelhança. Segundo Berscheid (1985), hoje é generalizadamente aceite que a semelhança é um determinante da atração. A semelhança de atitudes pode produzir atração e esta gera atração “retributiva”. Ainda segundo o mesmo autor, a atração também gera percepções de semelhança, o que retroage e aumenta ainda mais a atração.

Numa meta-análise de Montoya e Horton (2012), verifica-se que realmente a característica que mais se destaca na atratividade é o “efeito semelhança”. Esta

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

semelhança diz respeito não só aos traços físicos, mas também às atitudes, traços de personalidade, entre outros. É frequente sentirmo-nos atraídos por quem é semelhante (Montoya & Horton 2012).

Rhodes *et al.* (2011) referem que os indivíduos percecionados como atrativos têm um tratamento social mais favorável, são considerados mais inteligentes e socialmente mais competentes (Olson & Marsheutz, 2005). As evidências até hoje provam que a atratividade é percebida sem esforço e de forma rápida (Olson & Monsheutz, 2005).

A atratividade caracteriza-se pela classificação da face consoante a apreciação da aparência facial tendo em conta que existem características que fazem um rosto ser considerado bonito como a simetria (Garrido et al, 2016). Duck (1994, citado por Rodrigues & Garcia-Marques, 2005) define atratividade como um aspeto em particular – um cheiro, uma troca de olhares, um aspeto físico, a associação de uma característica da outra pessoa a algo agradável que desencadeia na pessoa a vontade de querer interagir e conhecer melhor a outra. Segundo Stein (1973), um indivíduo a quem acontece algo de negativo mesmo sem ser responsável por isso, é avaliado como menos atraente do que uma pessoa cujo destino é considerado neutro.

A atratividade é um amplo campo de estudo porque a sua perceção afeta o modo como as pessoas são julgadas e as relações interpessoais. Daí que esta variável seja a que realmente nos interessa medir e dela depende a hipótese que é o cerne da questão deste estudo. Este pretende avaliar se a perceção que temos de uma vítima de violência no namoro é igual à de uma não vítima. Será que perante uma mesma face, se soubermos que é de uma vítima estudante universitária a vamos percecionar de forma igual do que se apresentada como sendo de uma estudante universitária não vítima? Será esta perceção igual, ou acharemos que a vítima é menos atrativa, tendo em conta que nos referimos à mesma face?

1.12 A Relevância Deste Estudo

Na maioria das sociedades, o rosto é uma área associada à identidade pessoal, tanto objetivamente quanto de forma subjetiva (Le Breton, 2006). É válido, por conseguinte, supor que a dor gerada por uma agressão que afeta o rosto transcende o plano físico e biológico e invade espaços emocionais e psicológicos. É no rosto que as características pessoais são marcadamente indicativas da singularidade individual, mas, ao mesmo tempo, elas trazem sinais do grupo social de pertença do sujeito.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Muitos homens elegem o rosto da parceira como o alvo preferencial nos seus atos de violência dentro de uma relação conflituosa. As agressões à face podem ser, segundo Halpern (2010), uma das formas encontradas pelo parceiro agressor de reforçar o domínio e o controle sobre a mulher.

Mas nem sempre a mulher que é vítima de violência no namoro apresenta sinais físicos visíveis. No entanto, nestes casos são violados de igual forma os direitos essenciais da pessoa humana, sofrendo a mulher danos psicológicos que a leva a perder o bem-estar e o amor-próprio.

A nossa pesquisa bibliográfica possibilitou-nos conhecer a relação entre a legitimação da violência no namoro por parte da vítima e do próprio observador e a crença no mundo justo. A forma como a vítima se relaciona com o grupo em que se insere e com o qual se identifica também mereceu a nossa atenção.

Importou perceber até que ponto o conhecimento que temos acerca de uma pessoa pode influenciar a perceção e o julgamento que fazemos acerca dela ou dos seus atos.

Relacionado com o tema em estudo, ficámos a conhecer o panorama nacional no que se refere à violência no namoro no diz respeito à idade das vítimas e género.

O resultado de toda esta literatura e reflexão levou-nos à hipótese de estudo desta dissertação: Uma face é considerada menos atrativa quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima. A perceção e o julgamento social de pessoas de que se tem conhecimento que foram vítimas de violência no namoro diferem do das pessoas das quais não temos esse conhecimento prévio. Esta foi a hipótese central que levou a uma reflexão nesta dissertação. Contudo, houve a necessidade de usar a variável *semelhança* e *felicidade* como distratoras, i.e., foram inseridas no estudo de forma a que as participantes não fossem questionadas apenas acerca da variável *atratividade* e porventura descobrissem a hipótese de estudo. Como foram medidas, houve a curiosidade de também as analisar e refletir sobre as mesmas, ainda que de forma breve. As hipóteses destas variáveis, com base na literatura, traduzem-se em: Uma face é considerada menos semelhante quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima; Uma face é considerada menos feliz quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima. De mencionar que em relação à semelhança já existe literatura de suporte aos resultados obtidos.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Este estudo serviu para colmatar lacunas da literatura relativas à variável atratividade. Surgiu no sentido de perceber a ligação entre o ser vítima e o julgamento da atratividade. Será que mudaria o nosso julgamento social em relação à pessoa se soubéssemos previamente que foi vítima de violência no namoro?

Com este estudo gostaria ainda de partilhar uma preocupação relevante relacionada com o papel dos *media*. É necessário que estes não legitimem a vitimização das mulheres no namoro, devendo ter em atenção ao modo como estas são tratadas para que nenhum julgamento social e moral negativo lhes seja feito.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

II. Método

2.1 Participantes e Design

A amostra era composta por 73 participantes do sexo feminino, estudantes universitárias, com idades compreendidas entre 17 e 33 ($M= 20.7$, $SD=2.9$; Anexo C). Estas participantes eram de dois mestrados, o primeiro ano do Mestrado de Psicologia Social e das Organizações (7 participantes) e o primeiro e segundo ano do Mestrado de Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2 participantes e 3 participantes, respetivamente). Da amostra, quatro participantes não frequentam nenhum dos anos do curso de Psicologia, um frequenta o terceiro ano de Antropologia, dois frequentam o segundo ano de Finanças e Contabilidade e o último frequenta o terceiro de IGE (Informática e Gestão de Empresas). A restante amostra (57 participantes) era constituída por alunos da licenciatura em Psicologia (dos três anos que a compõem). A amostra abrangeu assim cinco cursos diferentes.

A angariação de participantes ocorreu de duas formas. Uma em que as participantes se inscreviam através do SPI para a obtenção de créditos, no valor de 0.5, para as cadeiras de Introdução à Psicologia Social (não houve qualquer inscrição), Métodos de Investigação Quantitativos (2º ano Licenciatura de Psicologia), de Competências Académicas II (3º ano Licenciatura de Psicologia) e de Métodos Avançados de Investigação em Psicologia (1º ano de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações). A segunda foi por participação voluntária, resultando do pedido de colaboração para a recolha, considerando-se uma amostra por conveniência. Esta segunda forma de recolha deveu-se a nesta altura do ano a maioria dos alunos já possuírem os créditos todos necessários para as cadeiras, pelo que para atingir a amostra necessária recorreu-se ao pedido.

A recolha no meio universitário (ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto da Universidade de Lisboa) foi a escolhida não só pela facilidade de acesso à população, mas também por esta se inserir numa faixa etária na qual o fenómeno da violência no namoro é “preocupante”, em Portugal.

A amostra foi recolhida no LAPSO (Laboratório de Psicologia Social e das Organizações, no ISCTE – IUL), após a submissão e aceitação do projeto.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

A recolha decorreu em três dias, divididos em sessões, com horários compreendidos entre as 11 horas da manhã e as 18 horas da tarde. Em cada sessão variava o número de participantes, sendo entre 1 e 8 (ocupação máxima da sala).

O estudo incluiu os seguintes fatores: 2 (informação da face: Vítima; Não Vítima), 1 (expressões faciais: Neutra). Sendo o primeiro interparticipante e o segundo intraparticipante.

2.2 Medidas e Material

Segundo a APAV (2015) 101,5 das mulheres com mais de 18 anos foram violentadas, por semana. Para além de que 23% dos jovens admite ser vítima de violência no namoro (Lino, 2016). Por esta razão, pelo facto da maior incidência de violência ocorrer no sexo feminino, foram seleccionadas da Chicago Face Database (CFD) de Ma, Correll e Wittenbrink (2015) faces de mulheres jovens caucasianas, com expressão neutra. O acesso à base foi concedido pelos próprios autores, após a solicitação da mesma via email, no qual se explicou o objetivo do presente estudo. Adicionalmente o estudo foi realizado apenas com participantes do sexo feminino (para garantir a identificação entre observador e face de vítima). As imagens apresentadas, neste estudo, eram de carácter estático (foto).

A base de faces de Ma, Correll e Wittenbrink (2015) pretendeu colmatar falhas de homogeneidade demográfica, incluindo faces masculinas e femininas e de raça branca (caucasianas e chinesas) e negra. No estudo original desta base de faces foi testado o julgamento da atratividade das mesmas, daí a pertinência do seu uso.

Para a presente dissertação seleccionaram-se, de forma aleatória, apenas 15 (de 86) das faces de raça branca, caucasiana e com expressão neutra (sem emoção, de forma a não influenciar julgamentos), atratividade moderada (*MD*: 3.15; *DP*: 0.73, medida numa Escala de Likert de 7 pontos, avaliada no *Study 1*), dominância moderada e as com postura da cara de frente para a lente (direção do olhar em frente) (Anexo B). A idade média das pessoas que constituem a base das faces é de 26.75 (*SD*= 10.5 no *Study 1*), distanciando-se das idades dos respondentes deste estudo.

As variáveis foram medidas através da apresentação das 15 faces em que era pedido ao participante que fizesse um julgamento acerca da semelhança (em relação a si), acerca da felicidade e quanto à atratividade de cada face. Estes julgamentos eram feitos através de uma Escala de Likert de 5 pontos (1= nada e 5= extremamente) acerca

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

de três questões: “esta pessoa é semelhante”, “esta pessoa é feliz” e “esta pessoa é atrativa”. Incluíram-se as variáveis *semelhança* e *felicidade* como distratoras para que os participantes não detetassem o objetivo do estudo. As faces não apareciam de forma aleatória.

2.3 Procedimento

As participantes foram convidadas a contribuir para um estudo sobre “Perceção de faces”.

O estudo decorreu no Laboratório de Psicologia Social e Organizacional (LAPSO) no ISCTE-IUL. Os procedimentos decorreram de acordo com o Guia Ético exigido pela Comissão Científica da instituição em causa.

O programa de recolha de dados foi desenvolvido no software E-prime.

As participantes eram informadas do objetivo do estudo, a sua duração (25 min.), que os dados eram anónimos e tratados como tal e que poderiam abandonar o estudo a qualquer momento. Para responderem teriam de ser do sexo feminino. Antes de darem início à participação assinavam o consentimento informado (Anexo A), caso concordassem com as condições, ficando um para o participante e outro para o investigador.

As participantes foram aleatoriamente distribuídas pelas duas condições, *não vítima* e *vítima*. A diferença entre condições consistia na informação inicial que era dada. As instruções necessárias à realização do estudo eram disponibilizadas no ecrã. Na condição *não vítima* aparecia no ecrã a seguinte instrução “Bem-vindo. De seguida vão ser apresentadas faces de raparigas terá de as avaliar em várias características. Para isso vão ser apresentadas escalas nas quais vai ter que carregar no número do teclado que corresponde à sua avaliação. Carregue na barra de espaços para avançar”; enquanto na condição *vítima* aparecia “Bem-vindo. De seguida vão ser apresentadas faces de raparigas que sofreram de violência no namoro, terá de as avaliar em várias características. Para isso vão ser apresentadas escalas nas quais vai ter que carregar no número do teclado que corresponde à sua avaliação. Carregue na barra de espaços para avançar”.

O procedimento seguinte aparecia quando surgia a ordem “Carregue na barra de espaços para avançar”. Cada condição era composta por 15 estímulos (faces),

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

apresentadas de forma aleatória. Em ambas as condições as faces que aparecem são exatamente as mesmas, divergindo apenas a instrução inicial.

Cada face era apresentada por um período de tempo de 5000ms ou até que o participante respondesse, passando automaticamente para a face seguinte. Para cada face, as participantes avaliavam as seguintes dimensões: *'felicidade'*; *'atratividade'* e *'semelhança'*, a ordens das escalas surgia de forma aleatória. As respostas eram dadas e registadas através do teclado de acordo com a Escala de Likert de 5 pontos, que surgia no ecrã juntamente com a pergunta, sendo que todas as faces eram julgadas sobre as três dimensões. Os estímulos tinham entre si um intervalo de 50ms.

No final era questionado, oralmente, a cada participante sobre qual achava ser o objetivo do estudo.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

III. Resultados

No sentido de testar as hipóteses formuladas, recorreu-se ao programa informático IBM SPSS 22, bastante utilizado em Ciências Sociais (Marôco, 2014). As comparações entre grupos, *vítima* e *não vítima*, foram calculadas através do teste paramétrico – *Teste t* para amostras independentes, sendo este considerado o mais indicado quando se querem comparar apenas dois grupos em relação a uma mesma variável dependente (Laureano, 2011), especificamente quando as variáveis dependentes são quantitativas (semelhança, felicidade e atratividade, medidas numa Escala de Likert de cinco pontos) e a variável independente é qualitativa nominal, que define dois grupos independentes, a condição *vítima* e a *não vítima*. Neste sentido o *Teste t* foi utilizado para verificar se existiam diferenças entre o grupo da condição *vítima* com o da condição *não vítima*, em relação à perceção das faces em cada uma das variáveis dependentes.

A análise descritiva mostrou-nos que dos 73 participantes, 35 responderam à condição *não vítima* e 38 à condição *vítima*, não se verificando nenhuma resposta em branco, i.e., todos as participantes responderam a todas as questões.

Referente à variável atratividade, a média de respostas na condição *vítima* foi de 2.43 ($DP = .70$) e na condição *não vítima* foi de 2.21 ($DP = .52$). Viu-se que as faces da condição *não vítima* ($M= 2.21$; $DP= .11$) foram consideradas menos atrativas que as da condição *vítima* ($M= 2.43$; $DP = .10$) (Anexo D).

Na variável semelhança as médias foram de 2.05 ($DP = .94$) e 1.98 ($DP = .65$), *vítima* e *não vítima*, respetivamente. Viu-se que as faces da condição *não vítima* ($M= 1.98$; $DP= .14$) foram consideradas menos semelhantes que as da condição *vítima* ($M= 2.05$; $DP= .13$) (Anexo D).

Por último na variável felicidade, as médias foram de 2.27 ($DP = .56$) e 2.53 ($DP = .61$), em relação ao grupo *vítima* e *não vítima* respetivamente. Viu-se que as faces da condição *não vítima* ($M= 2.53$; $DP= .10$) foram consideradas mais felizes que as da condição *vítima* ($M= 2.27$; $DP= .10$) (Anexo D).

Considerando que a escala de resposta estava compreendida entre 0 (nada) e 5 (extremamente), conclui-se que as apreciações das variáveis dependentes foram negativas, independentemente da variável em causa, sendo que as avaliações se encontram abaixo do ponto médio da escala (3 = neutro).

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Apenas, após a realização dos testes *t* se poderia afirmar se estas diferenças entre condições nas variáveis dependentes são estatisticamente significativas, sendo necessário primeiro verificar os pressupostos do teste em causa.

De forma a verificar os pressupostos necessários para a realização do teste *t* para amostras independentes recorreu-se ao teste Kolmogorov-Smirnov e ao teste de Leven.

Para testar se a distribuição da amostra se aproximava da normal recorreu-se ao teste não paramétrico Kolmogorov-Smirnov (Anexo E), considerando a amostra ser superior a 30 (Laureano, 2011). Recorreu-se ao teste de Leven (Anexo F) para verificar a homogeneidade das variâncias, i.e., as variâncias de ambos os grupos serem assumidas como iguais.

Existem evidências estatísticas para se afirmar que a variável dependente atratividade seguiu uma distribuição normal em ambas as condições (*não vítima* $KS_{(35)} = .106$; $p = .2$; *vítima* $KS_{(38)} = .099$; $p = .2$). Quanto à homogeneidade das variâncias tem-se que Levene $(1;71) = 1.40$; $Sig. = .240 > \alpha = .01$, verificando-se que as variâncias são iguais, com um nível de confiança de 99%.

Na variável felicidade ocorreram igualmente evidências estatísticas de que a mesma seguiu uma distribuição normal em ambas as condições (*não vítima* $KS_{(35)} = .165$; $p = .016$; *vítima* $KS_{(38)} = .094$; $p = .2$), constatando-se em Levene $(1;71) = .064$; $p = .801 > \alpha = .01$ a homogeneidade das variâncias, i.e., verificou-se que as variâncias foram iguais, com um nível de confiança de 99%.

Por último, na variável semelhança verificaram-se os mesmos resultados de distribuição normal em ambas as condições (*não vítima* $KS_{(35)} = .098$; $p = .2$; *vítima* $KS_{(38)} = .185$; $p = .002$). Quanto à homogeneidade das variâncias tem-se Levene $(1;71) = 3.093$; $p = .083 > \alpha = .01$, verificando-se que as variâncias são iguais, com um nível de confiança de 99%.

Após a realização dos devidos testes constatou-se que ambos os pressupostos se verificaram, sendo desta forma possível a realização do teste *t* para amostras independentes (Laureano, 2011).

No que diz respeito à análise das diferenças entre condições na variável atratividade, já referidas acima, seguiram-se os resultados que mostram se estas são estatisticamente significativas.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Através da tabela 1 verifica-se que não existiram evidências estatísticas de como na percepção de atratividade a média da condição vítima é diferente da média da condição não vítima ($t_{(71)} = -1.504$; $p = .137$). Conseguimos entender que independentemente de pertencer à condição vítima ou não vítima não se alterou a percepção das faces relativamente à atratividade. Verificou-se com 95% de confiança que a diferença das médias da atratividade das faces entre as condições vítima e não vítima esteve compreendida num intervalo de -0.50934 a 0.07141 .

Já no que diz respeito à análise das diferenças entre condições na variável felicidade, os resultados obtidos são expostos de seguida.

Através da tabela 1 verifica-se que não existiram evidências estatísticas de como na percepção de felicidade a média da condição vítima foi diferente da média da condição não vítima ($t_{(71)} = 1.901$; $p = .061$). Conseguimos entender que independentemente de pertencer à condição vítima ou não vítima não se alterou a percepção das faces relativamente à felicidade. Verificou-se com 95% de confiança que a diferença das médias da atratividade das faces entre as condições vítima e não vítima esteve compreendida num intervalo de -0.01274 a 0.53101 .

Por último, a análise das diferenças entre condições na variável semelhança, são referidas de seguida.

Através da tabela 1 verifica-se que não existiram evidências estatísticas de como na percepção de semelhança a média da condição vítima foi diferente da média da condição não vítima ($t_{(71)} = -0.374$; $p = .710$). Conseguimos entender que independentemente de pertencer à condição vítima ou não vítima não se alterou a percepção das faces relativamente à semelhança. Verificou-se com 95% de confiança que a diferença das médias da atratividade das faces entre as condições vítima e não vítima esteve compreendida num intervalo de -0.45022 a 0.30805 .

Tabela 1
Dados do teste t para amostras independentes

Variável Dependente	teste t	Sig.
Atratividade	-1.504	.137
Felicidade	1.901	.061
Semelhança	-.374	.710

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Conclui-se que não existiram evidências estatísticas de que as variáveis dependentes tivessem médias significativamente diferentes entre as duas condições (*vítima e não vítima*), i.e., a percepção da face (ao nível da atratividade, felicidade e semelhança) não se alterou de acordo com a condição.

Em relação à questão que foi feita a cada participante, no final das mesmas responderem às escalas, verificou-se que nenhum participante identificou a hipótese de estudo que estava a ser testada (ex. “*perceber se quando acho que são mais semelhantes são mais atrativas*”; “*perceber padrões de beleza - loira e olhos azuis – e a postura como afetam a percepção*”); 16 das 73 participantes alegaram que não conseguiam sequer responder à questão colocada sobre se sabiam qual poderia ser a hipótese em estudo.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

IV. Discussão

Este estudo pretendeu avaliar se uma face poderá ser considerada menos atrativa quando é apresentada como sendo de uma vítima do que quando é apresentada como sendo de uma não vítima, sendo essa face avaliada nas mesmas categorias (atratividade, semelhança e felicidade).

Neste sentido e com base na teoria da CMJ, seria de esperar que a identificação com a vítima provocasse nos participantes, dessa mesma condição (i.e., condição vítima), a negação do sofrimento desta para se proteger e pensar que não lhes aconteceria o mesmo. Isto porque, quando a vítima é do mesmo grupo, a maior identificação com os membros do grupo aumenta a percepção de permutabilidade entre observadores e a vítima (Correia *et al.*, 2012). De acordo com estes autores, as mulheres, aquando do julgamento de um alvo feminino, consideram-se menos parecidas com uma vítima do sexo feminino do que uma mulher não vítima. Conclui-se que a força da identificação com um grupo pode ser associada com uma maior derrogação do sofrimento de uma vítima desse grupo, e não é apenas um efeito de categorização. Isto vai de encontro à teoria da CMJ, principalmente quando esta crença é ameaçada.

No entanto, no presente estudo não se verificou este em nenhuma das variáveis dependentes, o que poderá ter origem em vários fatores, que serão seguidamente apresentados. Tendo em conta que as diferenças entre condições não foram significativas em nenhuma das variáveis e todos os julgamentos estão abaixo do ponto médio da escala (3 – neutro). Os fatores explicativos incidem nas razões que poderão ter levado há não existência de diferença entre condições.

Existem explicações consideradas comuns às variáveis *semelhança* e *atratividade*. Considerando-se que na variável *semelhança*, em nenhuma das condições houve uma diferença na apreciação de semelhança em relação às faces apresentadas. O mesmo ocorreu na variável *atratividade*, em que o julgamento da face como atrativa não foi diferente na condição *vítima* relativamente à condição *não vítima*. Existem vários fatores que podem ter contribuído para estes resultados que devido à sua relevância importa conhecer.

Apesar da facilidade que existe em categorizar faces neutras, há concordância em que estes rostos variam nas dimensões dos traços, como o de confiabilidade. Said, Sebe e Todorov (2009) verificaram que quando é dada uma tarefa de julgamento de traço de um rosto emocionalmente neutro, as pessoas baseiam os seus julgamentos na

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

semelhança de expressões correspondentes à dimensão do traço julgado (e.g. confiabilidade). Segundo estes autores, estes resultados sugerem que os julgamentos de características de faces neutras são conduzidos em parte por semelhança estrutural às expressões emocionais. Estes resultados levam-nos a perceber que no presente estudo os observadores não avaliaram as faces neutras como tal, não se considerando semelhantes às mesmas, originando uma distorção da expressão que a face exibia, provocando um enviesamento face ao resultado esperado.

Como referido no enquadramento, alguns autores defendem que existe diferença na codificação de faces entre culturas. Segundo Tajfel e Turner (1979), os indivíduos têm tendência para favorecer o endogrupo em detrimento do exogrupo em relação ao julgamento de comportamentos. Os julgamentos faciais são conduzidos por aspetos culturais bem como pela identificação social, encontrando-se na literatura muitos exemplos disso. Yan, Andrews e Young (2016) mostram igualmente que as diferenças entre culturas influenciam o modo como se percecionam e categorizam as expressões, apresentando vantagens na categorização de expressões e reconhecimento das pessoas do próprio grupo social. Esta vantagem, para com o endogrupo, pode ter origem nas diferenças culturais, i.e., nas regras de codificação das expressões, havendo mais facilidade em codificá-las quando são de grupos com os quais se tem uma significativa exposição (Yan, Andrews & Young, 2016). Contudo as relações do endogrupo são complexas e problemáticas e conseqüentemente pouco lineares, constituindo-se como um dos grandes problemas do nosso tempo (Tajfel, 1982). Ou seja, no presente estudo apesar de as faces apresentadas terem características semelhantes às dos participantes (mulheres brancas e caucasianas), o que poderia levar à caracterização destas como pertencentes ao endogrupo, o facto de não serem da mesma cultura impediu que isso ocorresse, o que demonstra a complexidade das relações sociais e conseqüente codificação de expressões, podem ter influenciado o julgamento de semelhança e da atratividade.

Essas conexões são particularmente importantes, uma vez que pesquisas recentes mostraram que a amígdala é um centro de cognição social, implicado na modulação atencional, na perceção da expressão facial (O' hman, 2005), bem como na perceção de membros fora do grupo (por exemplo, Hart *et al.*, 2000) e em preconceito implícito (Phelps *et al.*, 2000).

Quando a categoria social do indivíduo está associada a uma expressão, etnia ou raça, os resultados poderão ser interessantes (Hugenberg, 2005). Esta informação leva a

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

uma compreensão mais completa de como as faces são percebidas considerando a raça. No presente estudo considera-se que a categorização de raça tenha ocorrido não se desenvolvendo uma identificação com a face, atendendo à diferença de culturas entre observador e face.

É importante referir que as faces, inclusive as neutras, desta base de dados foram editadas no *Adobe Photoshop*, onde se realizaram alterações digitais de remoção de *piercings* e cabelo facial, redimensionando as imagens (Ma, Correll & Wittenbrink, 2015). Tais modificações podem ter influenciado a expressão das emoções das faces e levando a que a expressão não tenha sido entendida como neutra, influenciando os julgamentos de atratividade e semelhança.

No que respeita apenas à variável *semelhança* verificou-se que a diferença da média de idades entre os participantes e as faces apresentadas é grande (aproximadamente de cinco anos) pelo que pode ter impedido uma maior identificação do respondente para com o alvo, levando assim a uma ausência de resultados significativos em ambas as condições.

No que concerne apenas à variável *atratividade* a ausência de resultados significativos no julgamento da mesma entre a condição *vítima* e *não vítima* pode dever-se ao carácter estático das faces. Rhodes, *et al.* (2011) declararam que este tipo de faces fornece pouca informação, pelo que os estudos até hoje, não encontraram correlações entre variáveis quando as imagens apresentadas são estáticas, constituindo-se como limitação. Segundo os mesmos autores, apenas se encontram diferenças de resultados quando as imagens são dinâmicas, pelo este tipo de estímulos fornece muito mais informação, influenciando a percepção da atratividade. Contudo no estudo de Rhodes *et al.* (2011) esta diferença não é significativa, uma vez que os julgamentos da atratividade são feitos rapidamente, sendo o julgamento difícil de alterar independentemente de uma maior exposição ao estímulo e da quantidade de informação fornecida pelo mesmo.

A ausência de provas físicas de violência pode claramente ter sido um ponto que contribuiu para a ausência de resultados significativos. Ramos, Ferguson, Frailing e Romero-Ramirez (2013) afirmam que as pessoas respondem com maior empatia quando as cenas de violência que estavam a assistir eram reais, contrariamente aos que viam cenas fictícias. Mais uma vez, a cognição está implicada no processo de julgamento, sendo que processamos a informação de forma diferente, consoante a mesma seja real ou fictícia. Deste modo, na presente investigação, seria expectável que com a informação prévia de que as faces que iriam aparecer pertenciam a raparigas

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

universitárias que tinham sofrido de violência no namoro tivessem marcas visíveis de tal vitimização, tornando a informação mais realista. Como tal não ocorreu houve uma violação desta possível expectativa, podendo este fator contribuir para a não existência de diferença no julgamento entre as condições. Os participantes questionaram no final se as faces analisadas teriam efetivamente sofrido de violência, apesar de se saber que a violência, muitas vezes, não ser visível fisicamente. A informação prévia de que teriam sido vítimas de violência no namoro levou a que alguns observadores colocassem esta questão, possivelmente porque ainda existe uma associação inevitável entre violência no namoro e maus tratos físicos, quando na realidade a violência no namoro pode assumir várias outras formas.

Outra razão possivelmente explicativa, tem a ver com o facto de para as mulheres, tanto as expressões de raiva como as de felicidade serem mais facilmente percecionadas do que as expressões neutras (Hareli, Shomrat & Hess, 2009). Na verdade, as mulheres com expressões neutras foram classificadas como sendo um pouco submissas, enquanto homens com expressões neutras foram classificados como sendo bastante dominantes (Hareli, Shomrat & Hess, 2009). Considerando-se que, nesta investigação, foram utilizadas faces com expressões neutras as participantes podem ter interpretado as faces como pertencendo a pessoas submissas independente da condição à qual estavam a responder (i.e., condição vítima vs. condição não vítima). Sendo um fator que não levou à diferença de julgamento entre as condições.

No que diz respeito à variável *felicidade*, em primeiro lugar verificou-se, tal como nas outras duas variáveis, a inexistência de diferença significativa entre as condições. Uma das possíveis explicações para que este resultado ocorresse, prende-se com o julgamento de faces, independentemente de estas exibirem ou não uma emoção, como o caso das faces neutras (Said, Sebe & Todorov, 2009), tem implicações sociais.

Uma das explicações, embora intrigante, diz respeito ao facto de as faces neutras também conterem informações estruturais que nos permitem interpretar as caras como contendo uma emoção (Zebrowitz, 2004 citado em Said, Sebe & Todorov, 2009). O que pode originar uma observação ainda mais subjetiva, porque nesta lógica, cada participante pode interpretar uma emoção diferente resultante da informação prévia ou mesmo da disposição individual.

Em grande parte dos casos, podemos descrever o processo de julgamento como uma sobregeneralização dos sistemas de reconhecimento de emoção no cérebro. Os sistemas neurais responsáveis pela deteção de raiva são um exemplo disso mesmo (Said,

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sebe & Todorov, 2009). No presente estudo, uma vez que o rosto é percebido como explicitamente neutro, pode ocorrer erro na atribuição da emoção, e esses estados podem ser interpretados pelos observadores como referentes a traços mais permanentes (Said, Sebe & Todorov, 2009).

Apesar de os participantes não terem percebido a hipótese em estudo, o facto de grande parte pertencer ao curso de Psicologia pode ter influenciado os resultados, considerando-se que estão mais despertos para as questões de discriminação e estereotipo.

A preocupação em perceber os estereótipos incide nas pré-condições de os desenvolver em um grau maior ou menor, i.e., na diferenciação e/ou assimilação de uma categoria em relação a outra, principalmente quando intra-categoria (Abele & Petzold, 1998).

Um fator, que pode ser transversal ao resultado de todas as variáveis dependentes, em ambas as condições, prende-se com as apreciações feitas pelos participantes no final do estudo. Os mesmos referiram que as caras eram “feias”, acrescentando “que se poderia ter arranjado melhor”, podendo-se assim justificar o motivo pelo qual os participantes não se consideraram semelhantes às faces apresentadas. Estas apreciações também podem ter afetado a perceção da atratividade e de felicidade.

Em termos conclusivos estes resultados levam-nos a refletir sobre a perceção que temos afinal acerca das pessoas que nos são apresentadas como vítimas, que julgamentos formamos após receber esta informação e até que ponto as percecionamos de forma igual.

Queremos também acreditar que já se denota alguma sensibilização nestas gerações jovens para não formularem julgamentos sociais acerca das pessoas que, em algum momento da vida, foram vítimas.

Não nos podemos esquecer que qualquer um, mesmo passando por situações de violência, é um ser igual e por isso respeitar a essência de cada um é, mais que um direito, um dever. Só assim será possível construir uma sociedade igual, capaz de quebrar as barreiras da violência fazendo de nós seres verdadeiramente livres nas opções que fazemos.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

4.1 Limitações

O estudo da temática da violência no namoro tem algumas limitações (Matos *et al.*, 2006) e por isso a sua literatura ainda tem muito a explorar, para a qual o presente estudo poderá vir a contribuir. Contudo este também possui limitações.

As participantes foram em grande parte do curso de Psicologia, de vários anos, e este facto pode ter influenciado os resultados, embora não tenham detetado o objetivo do estudo, possuem uma maior consciência dos processos de julgamento de faces.

No decorrer do estudo, quando surgia pela primeira vez a pergunta “parece-lhe semelhante?” as participantes questionavam “a semelhança é em relação a ..?”. A partir da terceira sessão começou-se a esclarecer este ponto antes do início do estudo, referindo que quando surgisse o construto/ palavra ‘*semelhante*’ esta dizia respeito à semelhança da face em relação a si próprio (participante). Contudo, a forma como o construto aparecia não foi claro e pode ter levado a uma avaliação errada.

Uma outra questão que pode ter sido diferenciadora nos julgamentos é a importância de especificar o tipo de violência infligida e o seu grau de gravidade. Estudos da UMAR e APAV mostram diferenças no número de vítimas sobre cada tipo, bem como diferenças nas denúncias. Neste sentido, perante a informação de que as faces pertenciam a pessoas que tinham sofrido de violência no namoro, seria de esperar visualizar faces com algumas marcas físicas. Na ótica do participante a procura estereotipada não aconteceu.

O dado demográfico *idade* pode constituir uma limitação no sentido em que pode ter sido uma barreira à formação de identificação, entre observador e alvo, devido à diferença da média de idades.

A não utilização de uma base de dados com faces portuguesas pode ter tido um impacto negativo na identificação do participante para com a face e nesse sentido, pode ter-se constituído uma limitação. Uma base de dados portuguesa já validada, inclusive na medição do construto da atratividade, como a base de faces de Garrido *et al.* (2016), teria certamente levado a resultados mais interessantes.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

4.2 Estudos Futuros

Segundo estudos da UMAR (2017) e notícias da atualidade (ex. Lino, 2017), um fenómeno em crescente é a denúncia (uma em cada quatro são de homens) e perpetuação de violência sobre os homens (sofrem de violência doméstica: 60% violência psicológica, 40% violência física e 20% violência sexual) (Lino, 2017), ainda que em menor número do que a violência sobre as mulheres. Um facto é que este tipo de violência existe, pelo que seria interessante verificar a mesma hipótese mas relativa ao universo masculino.

Também seria interessante perceber a diferença de julgamentos no caso de as faces femininas serem apresentadas como sendo vítima ou agressor, i.e., criar um estudo com duas condições, em que numa condição as faces eram apresentadas como agressor e na outra como sendo vítimas.

Estudar a atratividade com as mesmas faces em formato vídeo e foto, para verificar se existiriam diferenças nos julgamentos, seria curioso de analisar. Rhodes *et al.* (2011) afirmam que esta diferença não é significativa, que os julgamentos de atratividade são feitos rapidamente e por isso, uma maior exposição ao estímulo não afeta este julgamento. Por outro lado, quando há informação que é adicionada, também este julgamento dificilmente se altera, embora já haja estudos que o contradigam. Contudo e tendo em conta a opinião dos autores que contradizem, faria sentido realizar-se um estudo em que as imagens apresentadas fossem dinâmicas, de forma a perceber se o acrescento de informação teria impacto nos resultados.

Outra possibilidade seria serem utilizadas fotografias que pertençam ao exogrupo (mulheres negras, ainda que com faces neutras) vs. endogrupo para verificar se realmente está a existir identificação com o endogrupo e qual o impacto que terá nos julgamentos.

Seria interessante usar faces com marcas visíveis de violência para que dessa forma a informação dada previamente fosse confirmada e assim se criar um maior impacto no participante. Furnham (2003) defende que em todos os estudos, os participantes não foram afetados pessoalmente pelo destino da vítima e não a conheciam pessoalmente. Os participantes não foram confrontados com a vítima e não tinham informações detalhadas sobre a causalidade e a responsabilidade pela vitimização. Na verdade, a maioria dos estudos que utilizam a CMJ analisam a reação de um indivíduo ao trauma e aos infortúnios em outros, e não em si mesmos. Também se poderá optar

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

por realizar um estudo em que as faces que apareciam fossem de pessoas conhecidas dos participantes aumentando dessa forma a identificação. Acautelando todos os cuidados éticos que implicaria.

Por último, seria interessante realizar-se uma replicação do estudo, não só com faces portuguesas, mas com uma amostra onde não constassem tantos alunos de psicologia, pelas razões já referidas.

Bibliografia

- Abele, A. E., & Petzold, P. (1998). Pragmatic use of categorical information in impression formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(2), 347.
- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). Justice in our world and in that of others: Belief in a just world and reactions to victims. *Social Justice Research*, 21, 50-68. doi:10.1007/s11211-007-0059-3.
- Alves, H. (2012). Sobre a descoberta da normatividade injuntiva da expressão da crença no mundo justo – uma aventura em Psicologia Social. In C. R. Pereira & R. Costa-Lopes (orgs.), *Normas, Atitudes e Comportamento Social* (pp.73 – 107). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Alves, H. V., Breyner, M. M., Nunes, S. F., Pereira, B. D., Silva, L. F., & Soares, J. G. (2015). Are victims also judged more positively if they say their lives are just?. *Psicologia*, 29(2), 71-80. doi: <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v29i2.1064>.
- Alves, H., & Correia, I. (2010). Personal and general belief in a just world as judgement norms. *International Journal of Psychology*, 45, 221-231. doi:10.1080/00207590903281120.
- Alves, H., & Correia, I. (2013). Perceptions of the self and most people's reactions towards innocent and noninnocent victims. *Spanish Journal of Psychology*, 16, 1-11. doi:10.1017/sjp.2013.78.
- APAV (2015). Relatório anual 2015 – Estatísticas APAV. 6-30.
- APAV. LEAD informar para prevenir: Como a vítima se sente? [site]. Retirado de <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/como-se-sente-a-vitima1>.
- Ballew, C. C., & Todorov, A. (2007). Predicting political elections from rapid and unreflective face judgments. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 104(46), 17948-17953. doi: www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0705435104.
- Barbosa, C. & Nogueira, C. (2004). Violência escolar e a construção social de masculinidades. Atas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e ação. Atelier: Género (pp. 34-43). Braga, Universidade do Minho.
- Bern, S., & Bern, D. (1970). Training the woman to know her place: The power of a nonconscious ideology. In D. J. Bern (Ed.), *Beliefs, Attitudes, and Human Affairs* (pp. 89-99). Belmont: CA: Brooks/Cole.
- Berscheid, E. (1985). Interpersonal attraction. In Berscheid, E. (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (pp.413-484). Local: Editora.
- Bierhoff, H. W., Klein, R., & Kramp, P. (1991). Evidence for the altruistic personality from data on accident research. *Journal of Personality*, 59, 263-280.
- Brickman, P., Rabinowitz, V. C., Karuza, J., Coates, D., Cohn, E., & Kidder, L. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist*, 37, 368-384.

- Callahan, M. R., Tolman, R. M., & Saunders, D. G. (2003). Adolescent dating violence victimization and psychological well-being. *Journal of Adolescent Research, 18*. doi: 664-681. doi: 10.1177/0743558403254784.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vítimação à perpetração. *Análise Psicológica, 24*, 485-493.
- Cordeiro, A. D. (14 Janeiro, 2017). Queixas por violência no namoro voltam a aumentar. *O Público*, 8-9. Retirado de <https://www.publico.pt/2017/01/14/sociedade/noticia/queixas-por-violencia-no-namoro-voltam-a-aumentar-em-2016-1758275> [online].
- Correia, I. (2000). A teoria da Crença no Mundo Justo e a vitimização secundária. Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *Psicologia, 253-283*.
- Correia, I. (2010). Psicologia Social da Justiça: Fundamentos e desenvolvimentos teóricos e empíricos. *Análise Psicológica, 1*, 7-28.
- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M., & Vala, J. (2012). When do people derogate or psychologically distance themselves from victims? Belief in a just world and ingroup identification. *Personality and Individual Differences, 53*, 747-752. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2012.05.032>.
- Correia, I., & Vala, J. (2003). When will a victim be secondarily victimized? The effect of observer's belief in a just world, victim's innocence and persistence of suffering. *Social Justice Research, 16*, 379-400.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology, 43*, 31-38.
- Costa, J. A., & de Sampaio Melo, A. (2000). *Dicionário da Língua portuguesa*. Porto editora.
- Dalbert, C. (2009). Belief in a just world. In Leary M.R. & Hoyle R.H. (Eds.), *Handbook of Individual Differences in Social Behavior* (pp.288-297). Guilford Press.
- Davison, M. K., & Farreras, I. G. (2010). Crime Type, Proximity of Crime Perpetrator, and Just World Theory Attributions. *Psi Chi Journal of Undergraduate Research, 15*, 214-220.
- Diener, E. (1984). "Subjective Well-Being". *Psychological Bulletin, 95*, 542-75.
- Emery, R. E. (1989). Family violence. *American Psychologist, 44*, 321-328. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.44.2.321>.
- Furnham, A. (2003). Belief in a just world: Research progress over the past decade. *Personality and Individual Differences, 34*, 795-817.
- Garrido, M. V., Lopes, D., Prada, M., Rodrigues, D., Jerónimo, R., & Mourão, R. P. (2016). The many faces of a face: Comparing stills and videos of facial expressions in eight dimensions (SAVE database). *Springer*, 1-18. doi: 10.3758/s13428-016-0790-5.
- Gonçalves, M. A. S. (2013). *Namoro na adolescência: atitudes de legitimação de violência e estratégias de resolução de conflitos em adolescente nos Açores*

- (Dissertação de Doutoramento). Universidade dos Açores, Açores, Portugal. Retirado de <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2770/1/DissertMestradoMonicaAndreiaSilvaGoncalves2013.pdf>.
- Hafer, C. L., & Bègue, L. (2005). Experimental research on just-world theory: Problems, developments, and future challenges. *Psychological Bulletin*, *131*, 128 - 167. doi: 10.1037/0033-2909.131.1.128.
- Halpern, L.R. (2010). Orofacial Injuries as Markers for Intimate Partner Violence. *Oral Maxillofacial Surg Clin N Am*, *22*, 238-246. doi: 10.1016/j.coms.2010.01.009.
- Hareli, S., Shomrat, N., & Hess, U. (2009). Emotional versus neutral expressions and perceptions of social dominance and submissiveness. *Emotion*, *9*(3), 378.
- Hickmann, L., Jaycox, L., Aronoff, J. (2004). Dating violence among adolescents: Prevalence, gender distribution and prevention program effectiveness. *Trauma, Violence & Abuse*, *2*, 123-142. doi: 10.1177/1524838003262332.
- Hugenberg, K. (2005). Social categorization and the perception of facial affect: Target race moderates the response latency advantage for happy faces. *Emotion*, *5*, 267 – 276.
- Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (2016). Dados estatísticos sobre a violência no namoro. Retirado de <http://www.dn.pt/sociedade/interior/vítimas-de-violencia-no-namoro-aumentaram-60-em-tres-anos-5710298.html>
- Johnson, P. A., & Staffieri, J. R. (1971). Stereotypic affective properties of personal names and somatotypes in children. *Developmental Psychology*, *5*(1), 176.
- Kerr, N. L., & MacCoun, R. J. (1985). Role expectations in social dilemmas: Sex roles and task motivation in groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, *49*, 1547-1556.
- Kohlberg, H. (1984). Essays on moral development. *The Psychology of Moral Development*, *2*. San Francisco: Harper and Row.
- Laureano, R. M. S. (2011). *Testes de hipóteses com o SPSS: O meu manual de consulta rápida* (2.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Le Breton, D. (2006). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes.
- Lerner, M. J. (1965). Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, *1*, 355.
- Lerner, M. J. (1977). The justice motive: Some hypotheses as to its origins and forms. *Journal of Personality*, *45*, 1-52.
- Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a just World*. US: Springer.
- Lerner, M. J. & Miller, D. T. (1978). Just World Research and the Attribution Process: Looking Back and Ahead. *Psychological Bulletin*, *85*, 1030-1051.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer's reaction to the "innocent victim": compassion or rejection?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 203 – 210.
- Lima, M. (2010). *Percepção visual aplicada à arquitetura e à iluminação*. Ciência Moderna.
- Lind, E. A., & Tyler, T. R. (1988). *The Social Psychology of Procedural Justice*. Springer Science & Business Media.
- Lino, C. (2016). Violência no namoro. *E se fosse consigo?* [vídeo]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=hjTbc-gOLMc>.
- Lino, C. (2017). Homens vítimas de violência doméstica. *E se fosse consigo?* [vídeo]. Retirado de: <http://sic.sapo.pt/Programas/e-se-fosse-consigo/videos/2017-09-26-E-Se-Fosse-Consigo----Homens-vitimas-de-violencia-domestica>.
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 666-677. doi:10.1177/0146167296227002.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1992). Percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para diminuir a violência em Portugal. *Representações da Violência*. Lisboa: Ministério da Justiça. CEJ.
- Ma, D. S., Correll, J., & Wittenbrink, B. (2015). The Chicago face database: A free stimulus set of faces and norming data. *Behavior Research Methods*, 47(4), 1122-1135.
- Machado, J. P. (1977). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52.
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (6.ª Ed.). Pêro Pinheiro, ReportNumber-Análise e Gestão de Informação, LDA.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, J. M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8, 55-75.
- Montoya, R. M., & Horton, R. S. (2012). A meta-analytic investigation of the processes underlying the similarity-attraction effect. *Journal of Social and Personal Relationships*, 30, 64-94. doi:10.1177/0265407512452989.
- Murray, C. E., & Kardatzke, K. N. (2007). Dating violence among college students: Key issues for college counselors. *Journal of College Counseling*, 10, 79-89.
- Myers, D. (2007). *Psychology* (8th ed.). New York: Worth Publishers.
- Öhman, A. (2005). The role of the amygdala in human fear: automatic detection of threat. *Psychoneuroendocrinology*, 30(10), 953-958.

- OMS & Krug, E. G. (2002) Relatório Mundial: Organização Mundial da Saúde, *Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Oliveira, M. S. A. (2009). *Violência intergeracional: Da violência na família à violência no namoro* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Oliveira, M., & Sani, A. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In *Bento Silva e Leandro Almeida (Coords), Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação.
- Olson, I. R., & Marshuetz, C. (2005). Facial attractiveness is appraised in a glance. *Emotion*, 5, 498-502. doi:10.1037/1528-3542.5.4.498.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Pereira, A. (2009). «Com o mal dos outros posso eu bem!» *O Impacto da Crença no Mundo Justo, da Inocência da Vítima e da Categorização Social da Vítima na Vitimização Secundária e na Schadenfreude* (Dissertação de Mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.
- Phelps, E. A., O'Connor, K. J., Cunningham, W. A., Funayama, E. S., Gatenby, J. C., Gore, J. C., & Banaji, M. R. (2000). Performance on indirect measures of race evaluation predicts amygdala activation. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 12(5), 729-738.
- Price, E. L., Byers, E. S., Dating violence research team (1999). The attitudes towards dating violence scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14(4), 351-375.
- Ramos, R. A., Ferguson, C. J., Frailing, K., & Romero-Ramirez, M. (2013). Comfortably numb or just yet another movie? Media violence exposure does not reduce viewer empathy for victims of real violence among primarily Hispanic viewers. *Psychology of Popular Media Culture*, 2(1), 2.
- Rhodes, G., Lie, H. C., Thevaraja, N., Taylor, L., Iredell, N., Curran, C., Tan, S. Q. C., Camemolla, P. & Simmons, L. W. (2011). Facial attractiveness ratings from video-clips and static images tell the same story. *Plos One*, 6(11), e26653.
- Rodrigues, D., & Garcia-Marques, T. (2005). Marquemos o encontro ao cimo da escada. O papel da activação fisiológica na atracção interpessoal. *Análise Psicológica*, 4, 427-436.
- Rosa, M., Kavanagh, E., Kounov, P., Jarosz, S., Waldzus, S., Collins, E. C., & Giessner, S. (2017). Change commitment in low-status merger partners: The role of information processing, relative ingroup prototypicality, and merger patterns. *British Journal of Social Psychology*.
- Ross, L. T., Lutz, C. J., & Lakey, B. (1999). Perceived social support and attributions for failed support. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 896-908.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world?. *Journal of Social Issues*, 31, 65-89.
- Said, C. P., Sebe, N., & Todorov, A. (2009). Structural resemblance to emotional expressions predicts evaluation of emotionally neutral faces. *Emotion*, 9(2), 260.
- Stein, G. M. (1973). Children's reactions to innocent victims. *Child Development*, 44, 805-810.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223(5), 96-103.
- Tajfel, H. (1972). Some developments in European social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 2, 307-321.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33(1), 1-39.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. *The Social Psychology of Intergroup Relations*, 33(47), 74.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Turner, J.C. & Reynolds, K.J. (2004) The social identity perspective in intergroup relations: Theories, themes and controversies. In M. Brewer & M.A Hewstone (Eds.) *Self and Social Identity* (pp 259 - 277). Cornwall: Blackwell Publishing.
- União das Mulheres Alternativa e Resposta (2017). Violência no namoro. Resultados nacionais apontam a gravidade do problema [PDF]. Retirado de [http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Relatorio de Imprensa Final.pdf](http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Relatorio_de_Imprensa_Final.pdf)
- Yan, X., Andrews, T.J., & Young, A.W. (2016). Cultural similarities and differences in perceiving and recognizing facial expressions of basic emotions. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 42, 423-440.

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Anexos

Anexo A – Consentimento Informado (original e duplicado).

<p>LAPSO Laboratório de Psicologia Social e Organizacional</p> <hr/> <p>Departamento de Psicologia Social e das Organizações Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa</p>	
<p>Referência Estudo: SPI16_17_2ºs_IC_ACG Nome Estudo: Perceção de Faces Investigador Responsável: Ana Catarina Graça</p>	
<p>TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO</p> <p><u>Objectivo do Estudo</u></p> <p>Este estudo procura perceber a forma como avalia as faces que lhe serão apresentadas.</p> <p><u>Condições do Estudo</u></p> <p>O tempo previsto de duração de cada sessão é de cerca de 25m para a tarefa presencial no Lapso.</p> <p><u>Benefícios da Participação</u></p> <p>A participação neste sistema tem como objectivo complementar a formação metodológica dos estudantes, com a passagem por situações concretas de investigação no Laboratório de Psicologia, em diferentes domínios, na posição de participante e simultaneamente de estudante, favorecendo a aprendizagem sobre as regras da investigação e a reflexão sobre o modo como a experienciam.</p> <p><u>Voluntariado</u></p> <p>Este sistema formativo tem um carácter voluntário. O participante tem a possibilidade, por motivos éticos, de negar a participação ou de se retirar do estudo, a qualquer momento, sempre que assim o entender.</p> <p><u>Confidencialidade, Privacidade e Anonimato</u></p> <p>De acordo com as normas da Comissão de Protecção de Dados, os dados recolhidos são anónimos e a sua eventual publicação só poderá ter lugar em Revistas da especialidade.</p>	
<p>Tendo tomado conhecimento sobre a informação disponível do estudo, declaro aceitar participar.</p> <p>___/___/2017 _____</p>	
<p>Em caso de dúvidas acerca de algum aspeto do estudo, pode comunicar com a aluna responsável através do seguinte contacto: catarinagraça@sapo.pt</p>	
<p>Laboratório de Psicologia Social e Organizacional – LAPSO Tel.: 21 790 39 34 e-mail: lapso@iscte.pt</p>	<p>ORIGINAL</p>

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Anexo B – Cinco exemplos de faces apresentadas aos participantes.



Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Anexo C - Análise descritiva das idades dos participantes.

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idades	73	17	33	20,71	2,918
Valid N (listwise)	73				

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Anexo D – Análises descritivas das condições por Variável Dependente.

Group Statistics

	ExperimentName	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
atrativa	NVITIMA	35	2,2131	,51926	,08777
	VITIMA	38	2,4321	,70262	,11398

Group Statistics

	ExperimentName	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
fêliz	NVITIMA	35	2,5257	,60660	,10253
	VITIMA	38	2,2666	,55843	,09059

Group Statistics

	ExperimentName	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
semelhante	NVITIMA	35	1,9763	,64549	,10911
	VITIMA	38	2,0474	,93869	,15228

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Anexo E – Teste Kolmogorov-Smirnov para verificação do pressuposto da homogeneidade das amostras nas duas condições por cada variável dependente.

Tests of Normality

	ExperimentName	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
atrativa	NVITIMA	,106	35	,200*	,975	35	,586
	VITIMA	,099	38	,200*	,951	38	,097
feliz	NVITIMA	,165	35	,016	,937	35	,046
	VITIMA	,094	38	,200*	,966	38	,304
semelhante	NVITIMA	,098	35	,200*	,953	35	,139
	VITIMA	,185	38	,002	,873	38	,000

*. This is a lower bound of the true significance.

a. Lilliefors Significance Correction

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Sou vítima, pareço-te menos atraente?

Anexo F – Tabelas referentes ao Test t para amostras independentes para cada variável dependente. Constando também o teste de Leven para verificar a homogeneidade das variâncias.

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference		
										Lower	Upper
feliz	Equal variances assumed	,064	,801	1,901	71	,061	,25914	,13635	-,01274	,53101	
	Equal variances not assumed			1,894	69,104	,062	,25914	,13682	-,01380	,53207	

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference		
										Lower	Upper
atrativa	Equal variances assumed	1,403	,240	-1,504	71	,137	-,21896	,14563	-,50934	,07141	
	Equal variances not assumed			-1,522	67,906	,133	-,21896	,14386	-,50604	,06811	

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference		
										Lower	Upper
semelhante	Equal variances assumed	3,093	,083	-,374	71	,710	-,07108	,19014	-,45022	,30805	
	Equal variances not assumed			-,379	65,854	,706	-,07108	,18733	-,44511	,30295	